



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

HUGO EDUARDO DAMASCENO CAVALCANTE

ENTRE CERCAS, ROÇAS E ANIMAIS: NATUREZA EM DISPUTA
(CARIRI/CE, 1850-1880)

FORTALEZA

2022

HUGO EDUARDO DAMASCENO CAVALCANTE

**ENTRE CERCAS, ROÇAS E ANIMAIS: NATUREZA EM DISPUTA
(CARIRI/CE, 1850-1880)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História. Área de concentração: História Social.

Orientadora: Profa. Dra. Kênia de Sousa Rios.

FORTALEZA

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C364e Cavalcante, Hugo Eduardo Damasceno.
Entre cercas, roças e animais : natureza em disputa (Cariri/CE, 1850-1880) / Hugo Eduardo Damasceno Cavalcante. – 2022.
94 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2022.
Orientação: Profa. Dra. Kênia de Sousa Rios.

1. Natureza. 2. História Ambiental. 3. Animais. 4. Cercas . 5. Cariri. I. Título.

CDD 900

HUGO EDUARDO DAMASCENO CAVALCANTE

**ENTRE CERCAS, ROÇAS E ANIMAIS: NATUREZA EM DISPUTA
(CARIRI/CE, 1850-1880)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História. Área de concentração: História Social.

Orientadora: Profa. Dra. Kênia de Sousa Rios.

Aprovada em: 29/12/2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dra. Kênia de Sousa Rios (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Eurípedes Antonio Funes
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Darlan de Oliveira Reis Junior
Universidade Regional do Cariri (URCA)

Ao meu avô, o “Zé do Senhor” (*in memoriam*)

AGRADECIMENTOS

Agradecer é uma maneira de reconhecer que só pude caminhar em conjunto. Nada disso seria possível sem amigos.

À minha mãe, Gleu, por me ensinar o que é força, coragem e trabalho. Não desistir jamais, nem mesmo diante das circunstâncias mais desfavoráveis. Você é a maior referência da minha vida.

Ao meu avô, carinhosamente *Zé do Senhor*, por me ensinar o que é respeito e humildade.

À minha sobrinha, Eva, por me acender a luz da esperança diante de um futuro tão incerto.

À minha companheira, Mirella, por me ensinar o que é o amor e enfrentar comigo a maratona da vida. Obrigado por partilhar comigo as alegrias, mas principalmente as dificuldades.

Agradeço ao curso de História da (e a) Universidade Regional do Cariri e o Centro de Documentação do Cariri. Sem a passagem nessas instituições eu jamais teria tido contato com as ideias que me moldaram e me acompanham desde então. Ao professor Darlan pelas orientações na pesquisa de graduação e pelo contato com as fontes históricas, além das contribuições valiosas na qualificação do mestrado. Aos professores Fábio José e Telvira, pela luta que transpira e inspira.

Do Cariri levo muitos amigos, muitos dos quais peço perdão por não citar nominalmente, mas guardo todos no coração. Em especial, agradeço a Kayran e Lucas, imensamente pelo acolhimento nos momentos mais difíceis. Foram anos de papelaria artesanal, debates acesos e *jam sessions* improvisadas no nosso QG do canal do Crato. Agradeço a Johnnys e Ivanda pelos dias nos arquivos e nos eventos, mas também, principalmente, pelas noites (muitas atrás dos balcões dos bares que trabalhávamos). Vocês me inspiram.

Em Fortaleza fiz vários amigos. Obrigado Fabiano, Alan, Wal, Rianne e Ana.

No curso de Filosofia da Universidade Estadual do Ceará também fiz mais alguns. Obrigado Paulo Henrique (Ozzy), Jonas e Gaby. Se um dia eu seguir pela Filosofia, quero ser como vocês. Obrigado.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará, por ter me acolhido. Obrigado aos professores Fred, Tyrone, Adelaide, Régis, Kleiton e Ana Amélia pelas aulas e dicas ao longo dos encontros.

Ao professor Eurípedes Funes por tornar menos confuso o processo de construção do texto e as dicas valiosas na qualificação.

À professora Kênia Rios por ter aceitado me orientar no mestrado e pela ajuda em todo o processo.

Aos meus colegas do mestrado pelas conversas e desabafos nos últimos anos. Em especial, a Carlos, Kalil e Paulo.

Ao CNPq pela concessão da bolsa de pesquisa que financiou a pesquisa. Infelizmente, o fomento chegou ao fim devido aos cortes do governo Bolsonaro na educação superior no contexto da pandemia de Covid-19.

Agradeço também pelo privilégio e oportunidade de poder ter iniciado na docência, apesar do cenário pandêmico, nas escolas Santo Tomás de Aquino, Agnus e Darwin. Me reconheço professor graças a vocês.

Também agradeço a Paraipaba que me acolheu como servidor público e onde exerço atualmente a docência. Um carinho especial pelas escolas José Braga de Paiva, Francisco Henrique de Azevedo, Francisco Figueiredo Paula Pessoa, Paulo Silva dos Santos e Antônio Barroso Braga. Também sou grato pelos amigos que fiz, em especial Regina, Thiago, Darnlley, Jackson, Luiza e Leticia.

Às minhas amigas não-humanas, companheiras e confidentes, Pelucha, Felipa e Branquinha, pela união inseparável durante a pandemia. Não sei se vocês são minhas gatas ou se eu sou o humano de vocês.

Por último, agradeço aos que são e aos que foram meus alunos. Tudo isso só faz sentido se for para vocês.

RESUMO

A presente dissertação de mestrado analisa como se constituíram as relações entre humanos e animais ao longo da segunda metade do século XIX, na região do Cariri cearense. O processo de apropriação da natureza na região foi bastante conflituoso, desde o início da colonização no final dos Setecentos, a partir das apropriações e expropriações das terras e com as disputas políticas pelos espaços. Conflitos esses que refletiam na maneira como a região era narrada e vivida, impondo delimitações que deveriam ser aproveitadas conforme os seus atributos naturais. É nesse sentido que o “oásis” foi pautado, na exaltação da natureza para a sua dominação. Desse modo, haviam discursos que pretendiam estabelecer uma incompatibilidade entre a presença da criação de animais e a agricultura, como na visão de alguns jornais da época. A natureza era, assim, apropriada, mas também representada, na tentativa de assegurar a propriedade senhorial. Buscamos dialogar com as discussões dos campos da História Ambiental e Social, para refletir sobre os conflitos gerados, as formas de trabalho e o contato com os animais, pelos discursos e políticas instituídas e pelas formas de representação e classificação desses sujeitos não-humanos. Estigmatizados como “animais de criação”, cavalos, bois, cabras e porcos, por exemplo, eram legitimados enquanto uma propriedade de quem os possuísse. Assim, são a partir dessas apropriações que visamos discutir sobre as tentativas de divisão do território, o controle e circulação desses animais, as noções de técnica, atraso e modernização, as marcas de ferrar, assim como também os crimes que envolviam esses animais. Utilizaremos como fontes o jornal *O Araripe* (1855-1864), os processos criminais, os inventários *post-mortem*, os relatórios dos presidentes da província do Ceará, os códigos de posturas e os diários de viagens.

Palavras-chave: natureza; animais; cercas; Cariri.

ABSTRACT

This research analyzes how the relationships between humans and animals were constituted throughout the second half of the 19th century, in the Cariri region of Ceará. The process of appropriation of nature in the region was quite conflicting, since the beginning of colonization in the late 1700s, from the appropriations and expropriations of land and political disputes over spaces. These conflicts reflected in the way the region was narrated and experienced, imposing boundaries that should be taken advantage of according to its natural attributes. It is in this sense that the “oasis” was guided, in the exaltation of nature for its domination. Thus, there were speeches that intended to establish an incompatibility between the presence of animal husbandry and agriculture, as seen in some newspapers at the time. Nature was thus appropriated, but also represented, in an attempt to secure manorial property. We seek to dialogue with discussions in the fields of Environmental and Social History, to reflect on the conflicts generated, the forms of work and contact with animals, through the discourses and policies instituted and the forms of representation and classification of these non-human subjects. Stigmatized as “farmed animals”, horses, oxen, goats and pigs, for example, were legitimized as property of those who owned them. Thus, it is from these appropriations that we aim to discuss the attempts to divide the territory, the control and circulation of these animals, the notions of technique, delay and modernization, the marks of shoeing, as well as the crimes that involved these animals. We will use as sources the newspaper O Araripe (1855-1864), the criminal processes, the post-mortem inventories, the reports of the presidents of the province of Ceará, the codes of postures and the travel diaries.

Keywords: nature; animals; fences; Cariri.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 - MARCAS DE FERRO ANUNCIADOS NO JORNAL O ARARIPE (1855-1858)	64
---	-----------

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	VISÕES SOBRE A NATUREZA NO CARIRI CEARENSE	20
2.1	Cariri, Kariri.....	22
2.2	Oásis do sertão	26
3	NATUREZA EM DISPUTA	34
3.1	Terras de criar ou terra de plantar?	36
3.2	Cercas para definir, animais para contestar	51
4	REPRESENTAÇÕES ANIMAIS.....	59
4.1	Anunciados: representações dos animais nas páginas dos jornais.....	60
4.1.1	“A tratar com o anunciante”	70
4.1.2	“Dando-se os sinais característicos da mesma também se dirá onde existe”	73
4.1.3	“Quem este animal tomar, ou do mesmo der notícia onde está, terá uma boa recompensa.....	76
4.1.4	Desapareceram ou fugiram.....	82
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	86
	FONTES	88
	REFERÊNCIAS.....	90

1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação é o resultado de uma reflexão sobre os diferentes significados atribuídos aos animais na segunda metade do século XIX, assim como as tensões instaladas nessas significações. Nossas fontes nos levam a pensar a região do Cariri, no sul do Ceará, e em como essas múltiplas relações estabelecem um diálogo conflituoso e instigante entre a sociedade e a natureza. Esses sentidos se relacionam com questões ligadas a propriedade, as cercas, a violência, as políticas, aos discursos sobre os animais e suas representações.

A curiosidade nesse objeto de pesquisa surgiu no meio dos arquivos, entre as páginas dos documentos do Fundo Hermes Parahyba, em tutela do Centro de Documentação do Cariri – CEDOCC, onde frequentei durante boa parte da graduação. Em muitos processos criminais nos quais eu era responsável pelos tratos de limpeza, conservação e leitura, com fins de catalogação, vários animais apareciam em segundo plano, mas sempre deixavam um rastro de perguntas. Com o passar do tempo, percebi o quanto esses casos eram comuns.

Descobri com os viajantes, como George Gardner, que já falava sobre os roubos de cavalos serem “crime frequentíssimo no Brasil”. Baseado em muitas questões do nosso tempo presente como os crimes ambientais, o maltrato aos animais e os debates ecológicos e ecossocialistas, esse tema de pesquisa tomou forma – apesar de ainda estar em constante construção. Segundo Roland Barthes, a História “nasce da coexistência, ou melhor, do atrito de dois tempos – o tempo da enunciação e o tempo da matéria anunciada”¹. E é nesse atrito que poderemos, talvez, entender melhor algumas relações entre homens e animais que ainda persistem hoje.

A partir de março de 2020, entretanto, fomos atingidos mais diretamente pelo impacto da pandemia global de Covid-19. A impossibilidade de retornar aos arquivos, além das pressões psicológicas e econômicas para a manutenção da sobrevivência, foi um empecilho que abalou fortemente os planos iniciais de desenvolvimento deste trabalho. No longo período de quarentena, a companhia quase que inseparável dos meus animais de estimação – na época, três gatinhas –, provocava, em alguns momentos, novas maneiras de pensar também a relação entre o humano e o não-humano.

¹ BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. São Paulo: Martins Fontes, 2012, p. 166.

Para dialogar com as proposições de Raymond Williams, retomemos a pergunta “quando dizemos ‘natureza’, temos a intenção de incluir a nós mesmos?”². Por vezes, as formas de controle do ambiente, as “conquistas”, “dominações” e “explorações” dizem muito mais respeito aos humanos do que a qualquer outra coisa. Segundo o autor, “nos processos pelos quais interagimos com o mundo físico, criamos não apenas uma natureza humana e uma ordem natural alterada; também criamos sociedades”³.

Vários clássicos da historiografia brasileira trouxeram essas discussões de forma transversal, como é o exemplo de *Nordeste*, de Gilberto Freyre, publicado em 1937. Sob o subtítulo “Aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil”, o autor problematiza a “civilização da cana-de-açúcar” em diversos prismas, como nas relações com a terra, a água, a mata, os homens e também os animais. É interessante perceber que esses últimos cumprem uma “função” para a vida humana. Para Freyre,

Nesse sistema de relações que dividiu os homens e as suas habitações e a própria paisagem, em metades tão diferentes e até antagônicas, pode-se dizer, para efeito de generalização, que o cavalo ficou no primeiro e o boi no segundo grupo. E estes foram os dois grandes animais da civilização da cana-de-açúcar do Nordeste do Brasil.⁴

Os cavalos estariam no primeiro grupo por representar uma ligação com o senhor de engenho, enquanto os bois – manejados pelos negros escravizados nos trabalhos forçados das lavouras –, apesar de se enquadrarem no segundo grupo, “é que formaram o alicerce vivo da civilização do açúcar”⁵. Para Freyre, existia certa relação de dependência entre os senhores e os animais, no qual não teriam se firmado economicamente sem a presença de um dos dois animais. Mas não somente eles foram citados pelo autor no seu estudo sobre o ciclo canavieiro do Brasil, mas também as cabras, raposas, guaxinins, besouros, cachorros, sapos, cobras e tantos outros. Em *Nordeste*, os animais foram percebidos a partir da sua utilidade para o trabalho, de forma positiva ou negativa. Enquanto alguns eram associados às conquistas do senhor de engenho ou do desenvolvimento da lavoura, outros eram tidos como “inimigos do canavial civilizador”⁶, por atrapalhar a dominação humana na natureza.

² WILLIAMS, Raymond. **Cultura e materialismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2011, p. 89.

³ Idem, p. 113.

⁴ FREYRE, Gilberto. **Nordeste**. Rio de Janeiro: Record, 1989, p. 89.

⁵ Idem, p. 95.

⁶ Idem, p. 102.

Os animais há muito tempo, estão presentes na historiografia brasileira, mas não como centrais nos problemas de pesquisa. Eles praticamente desapareceram nas décadas de 1960 e 1970, e, quando apareciam, eram incorporados nas discussões em áreas diversas da história, mesmo com a ampliação dos objetos de pesquisa das décadas seguintes, eles e só retornariam como atores no início desse século⁷. Transformar os animais em sujeitos da História parece um tanto desafiador, mas nos coloca em confronto com o caráter antropocêntrico da nossa disciplina – combatido constantemente pelos historiadores ambientais. Essa abordagem nos faz percorrer uma trilha por entre discussões interdisciplinares no campo da questão ambiental.

A antropologia vem trazendo várias contribuições nesse campo de estudo, como é o caso de Phillipe Descola, em que, na sua análise dos povos achuar da Amazônia, discute a maneira como as plantas e os animais são tratados. A partir desses povos, é necessário questionar, segundo o autor a “nossa maneira de conceber a relação dos humanos com os animais e plantas”, visto que existe uma tendência “a achar que essa maneira é universal, mas, evidentemente, ela não é”⁸. Giorgio Agambem, por outro lado, questiona as próprias noções elaboradas na modernidade que visavam criar uma fronteira entre o que seria o homem e o animal. Essa separação se passa no interior do próprio homem, visto que também somos animais *Homo sapiens*, mas nos coloca que essa questão existencial também deve ser ligada com um novo modo de pensar o homem. É necessário trabalhar essas fronteiras e repensar o nosso papel na natureza, junto com os não-humanos⁹.

A pesquisa se deu a partir da análise de vários tipos de fontes, que partilham de várias linguagens diferentes entre si. Nossa intenção é perceber como a natureza estava sendo pensada, planejada e disputada em diversos âmbitos. Entretanto, é interessante pensar a partir da pergunta proposta por Paul Ricoeur: “que queremos dizer quando dizemos que algo ‘realmente’ aconteceu?”¹⁰. Nossas tentativas procuram a reconstrução do passado a partir das reflexões sobre o nosso tempo presente e, para isso, trabalharemos com variadas tipologias de fontes que correspondem a um “mundo fragmentado”, na visão de Arlette Farge. Produzidas com diferentes intencionalidades, nossa visão é de

⁷ DUARTE, Regina Horta. História dos animais no Brasil: tradições culturais, historiografia e transformação. In: **HALAC – Historia Ambiental, Latinoamericana y Caribeña**, v.9, n.2, 2019, p. 27.

⁸ DESCOLA, Philipe. **Outras naturezas, outras culturas**. São Paulo: Editora 34, 2016, p. 18.

⁹ AGAMBEM, Giorgio. **O aberto: o homem e o animal**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017, f. 27-31.

¹⁰ RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa (vol. 3 – o tempo narrado)**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010, p. 236.

“captar essas explosões de vida violentas e sempre complexas, para delas tirar o máximo de sentido”¹¹. Tentaremos adaptar a grafia das palavras citadas o máximo possível, sem colocar em risco os significados originais, na tentativa de facilitar a leitura e sem comprometer a compreensão.

Também analisamos os discursos produzidos nos jornais que foram produzidos na região, como é o caso d’*O Araripe*, produzido entre 1855 e 1864. Nesse periódico, se destaca a atuação de João Brígido, um dos principais responsáveis por redigir e publicar o documento, além da carreira política forte e de sua atuação como jornalista. *O Araripe* também foi responsável por várias publicações sobre fatos passados, sobre alguns episódios e homens do Ceará, além de discutir várias notícias de outros países, ao mesmo tempo em que as relacionava com conjunturas locais, regionais e nacionais¹². Publicado semanalmente, com alguns intervalos improdutivos devido a problemas de produção, tem como característica a defesa de um modelo de modernização em que a agricultura seria responsável por esse impulso. Entre as elites – heterogêneas entre si, de acordo com seus interesses –, disputavam entre si na tentativa de regular o território caririense para o aperfeiçoamento de suas culturas econômicas.

Outro jornal trabalhado foi *A Voz da Religião*, publicado entre 1868 e 1870, em que a maior parte de suas colunas servia como forma de divulgar as missões, as práticas e os milagres feitos com a mediação do Padre Ibiapina. Em suas colunas, a tentativa é de convencer os leitores que o Cariri necessitava de uma adaptação moral e que deveria se aproximar às ideias do cristianismo. Segundo Marialva Barbosa, a imprensa, nesse sentido, servia “enquanto instituição de controle social, servindo à própria estrutura de poder e agindo como veículo da manutenção da ordem vigente”¹³. Esses discursos são expoentes de relações sociais e de suas percepções sobre a realidade. Os jornais tiveram certa importância na construção da noção de “oásis do sertão”, visto que circulava em várias regiões anunciando os ditos “privilégios” do Cariri, ou até mesmo sobre certos “milagres” feitos a partir do contato com o meio natural, como o caso das fontes do Caldas, em Barbalha.

¹¹ FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: EDUSP, 2009, p. 79-80.

¹² ALVES, Maria Daniele. **Desejos de civilização: representações liberais no jornal O Araripe 1855-1864**. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Ceará, Mestrado Acadêmico em História e Culturas, Fortaleza, 2010, P. 17.

¹³ BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa: Brasil, 1900-2000**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007, p. 17.

Os casos dos crimes também serão discutidos como forma de situar os conflitos sociais entre os discursos veiculados pela imprensa e a legislação promulgada no período, na intenção de intercalar as múltiplas vozes das fontes. Os processos criminais que serão analisados tratam, sobretudo, dos casos roubo e dano – que compreende as mortes e ferimentos – dos animais, encarados como propriedades pelos mecanismos legais. Neles estão contidos indícios de um cotidiano, a partir de diversas vozes. Seja pela organização legal do documento, do relato das testemunhas, das decisões dos juízes e, quando presente, dos depoimentos dos réus.

Não podemos falar de crime sem falar da própria lei, o mecanismo que classifica determinadas práticas enquanto delitos. Sendo assim, serão discutidos alguns artigos do Código Criminal do Império, de 1830, assim como o efeito dessas leis e a noção de propriedade que pairava sobre os animais. Além disso, numa escala provincial, serão debatidas algumas leis provinciais, que legitimaram a promulgação de códigos locais para as cidades e vilas do Ceará. Conhecidos como Códigos de Posturas, tinham a intenção de controlar determinadas práticas e costumes para cada lugar. No Cariri, alguns artigos destinados para cada lugar se repetiam, mas não era uma regra, e nem a sua maioria. Para quem descumprisse ou contraviesse esses códigos eram estabelecidas multas que seriam arrecadas para as Câmaras Municipais ou destinadas para os prejudicados de quem insistisse em desobedecer às normas, mas que também podia resultar numa estadia na prisão.

São artigos que tratam sobre a regulação das caçadas, atribuição de divisões das terras do Cariri entre a agricultura e a criação de animais, a criação livre dos animais e a necessidade de pastores, a circulação dos cavalos, a dos cachorros, o horário de trabalho permitido para o gado nos matadouros, a necessidade de cercas para evitar os conflitos, a permissão para matar animais “invasores”, a proibição da criação de animais na serra do Araripe, dentre outras coisas. Nesses artigos, cabras, porcos, gatos, gazelas, vacas, cavalos aparecem e preenchem a tentativa de imaginar um cenário para tentar representar as relações entre humanos e não-humanos. Os Códigos de Posturas eram baseados, assim, nos costumes da época¹⁴. Isso não quer dizer que todas as pessoas obedeciam. Na pesquisa, estudamos justamente os sujeitos que vão contra a uma “ordem” estabelecida. Em muitos dos casos, os sujeitos visam defender sua noção de ordem, contra o que é

¹⁴ VIEIRA, David Durval Jesus. **A cidade e os “bichos”: poder público, sociedade e animais em Belém (1892-1917)**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2015, p. 26.

defendido nos aparatos estatais. Estudamos, assim, os conflitos – que derivam solidariedade, vingança, proteção, etc. A natureza era apropriada, mas também era significada a partir de diferentes sujeitos que lhes davam configurações múltiplas. Giorgio Agambem afirma que

Não existe uma floresta como ambiente objetivamente determinado: existe uma floresta-para-o-guarda-florestal, uma floresta-para-os-caçadores, uma floresta-para-os-botânicos, uma floresta-para-os-viajantes, uma floresta-para-o-amigo-da-natureza, uma floresta-para-o-lenhador e, por fim, uma floresta de fábula na qual se perde a Chapeuzinho Vermelho.¹⁵

As discussões sobre as disputas da natureza e os seus usos nortearam a construção do nosso primeiro capítulo, intitulado *Visões sobre a natureza no Cariri cearense*. Nosso objetivo é o de analisar como o território foi apropriado por uma classe senhorial e evocada através de um discurso que a tipificava de forma peculiar. Na sua primeira parte, discutiremos o processo colonizatório da região e as suas implicações para a delimitação do território, que estaria suscetível a diversas transformações. No segundo momento, abordaremos a elaboração do discurso do Cariri enquanto um “oásis do sertão” e as suas contradições.

O segundo capítulo, *Natureza em disputa*, tem como objetivo problematizar as apropriações da natureza, através de seus discursos e embates, que colocavam em conflito a criação de animais e a agricultura ¹⁶. Em várias passagens do jornal *O Araripe*, os bois, por exemplo, são construídos sob o sentido de praga, responsável por ameaçar e prejudicar o desenvolvimento agrícola da região. As queixas relatavam os casos em que os animais invadiam e destruíam as plantações, além das disputas entre os limites das cercas que dividiam as propriedades, assim como os espaços destinados para as plantações. Esses discursos estão inseridos dentre várias disputas entre os próprios senhores, ao que indica os jornais, os processos criminais e inventários post mortem: alguns exerciam a agricultura enquanto principal atividade econômica, outros a criação de animais, mas também havia quem estivesse envolvido com as duas. Diversos trabalhadores – livres e escravizados – estavam na base da produção e, de certo modo, se relacionavam também com esses conflitos.

¹⁵ AGAMBEM, p. 67-68.

¹⁶ Para esse capítulo, apresentaremos um resumo expandido, conforme os modelos do sumário comentado.

Por mais que houvesse uma obrigatoriedade, imposta pelo governo provincial, através das pessoas responsáveis pela criação de animais na construção desses cercados, eles não se tornaram um objeto apaziguador. Na análise de vários discursos presentes no jornal *O Araripe*, notamos vários interesses diferentes entre as elites locais, influenciados por correntes liberais, em que as cercas se tornavam foco central na discussão, que pareciam criar uma dicotomia entre a agricultura e os gados, por exemplo. As Câmaras Municipais exerciam um papel muito forte também, na promulgação e fiscalização de vários Códigos de Posturas, responsáveis por permitir ou proibir várias práticas que envolviam os animais, que diziam respeito à circulação, alimentação, questões sanitárias e delimitações espaciais de onde se podia ou não criar gado. No decorrer dessas discussões, então, discutiremos sobre como o Cariri foi planejado e vivenciado, por entre os conflitos que envolviam a divisão da região. Por outro lado, existiam debates que visavam aperfeiçoar a pecuária, amplamente criticada ao longo dos Oitocentos. Segundo Alberto Rafael Mendes,

Todas as críticas da indústria pastoril no século XIX, em todo o território brasileiro, recorreram ao discurso da “rotina”, da “inércia”, da “letargia”, para denunciarem o suposto estado estacionário daquela atividade que permanecia sempre igual ao passado, refratária ao novo, à mudança.¹⁷

O último capítulo, *Representações animais*, tem como objetivo analisar os anúncios e as diferenças discursivas que estavam entre as primeiras e as últimas folhas dos jornais: enquanto na primeira parte eram publicadas críticas aos regimes de criação, nas últimas eram anunciadas uma multiplicidade de outros significados. A ideia de formação desse capítulo se deu com a influência dos trabalhos de Maria Daniele Alves, de Lilia Moritz Schwarcz e de Gilberto Freyre – que refletiam, em maior ou menor grau, sobre os escravizados e as redes comerciais nos anúncios. Como os animais são constantemente tomados como centro das narrativas em muitas publicações, essas fontes são bastante valiosas na medida em que nos ajuda a entender os seus sentidos no cotidiano cariense.

Nesses anúncios, são múltiplos os conteúdos e os interesses que os compõem, em que, em sua totalidade, estão postas questões relativas a milagres, venda de remédios, de sítios, animais, objetos e livros, comércio e fuga de escravizados e tantas outros. Daremos

¹⁷ MENDES, Alberto Rafael Ribeiro. **Pecuária semi-selvagem: ciência, natureza e tempo no Ceará do século XIX**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2017, p. 127.

enfoque às representações animais e as suas várias formas de classificação. Um dos elementos presentes nesses anúncios são as marcas de ferrar, que serviam para a marcação dos animais e a identificação do seu proprietário. Nesses jornais, grande parte das pessoas envolvidas – seja no processo de produção, circulação ou recepção – era ligada às classes senhoriais. Apesar das tentativas de controle e circulação – discutidos ao longo do primeiro capítulo –, os animais estavam bem presentes dentro o cotidiano cariense. Cabia a essas elites, então, representa-los de acordo com os seus interesses e a manutenção da propriedade privada.

Por fim, essa dissertação visa contribuir para o campo de estudos da História Ambiental e dos Estudos Animais, em diálogo com a História Agrária e a História Social da Propriedade, além das contribuições importantes no campo da Antropologia. É por meio das discussões do nosso tempo presente que voltamos o nosso olhar para o passado para a constituição do conhecimento histórico. Desejamos a você uma boa leitura.

2 VISÕES SOBRE A NATUREZA NO CARIRI CEARENSE

*Podemos pensar como o homem e como os bois.
Mas é melhor não pensar como o homem...
(Guimarães Rosa – Conversa de bois)*

Do que estamos falando quando falamos de natureza? O que vem à mente?

Florestas e bosques? Ou desertos? Lagos, rios, oceanos? Ou blocos de gelo no ártico? Montanhas rochosas ou nevadas? Depressões ou abismos? Oásis ou sertão? Essas paisagens são imaginadas preservadas? Em destruição? Destruídas? Mas afinal, o que significa uma “natureza preservada” ou “destruída”? Talvez nos deparemos com um problema de linguagem. Mesmo assim, teríamos um risco em elencar tudo o que se encaixaria no conceito “natureza”, com o perigo de deixar alguma parte de fora. Mas existiriam “partes” da natureza ou cada pouquinho seria suficiente para receber o conceito “natureza”? E mais ainda, se até agora falamos de paisagens naturais, caberia algum lugar aos animais? E aos humanos? Existe alguma barreira?

Para Donald Worster, “a ‘natureza’ não é uma ideia, mas muitas ideias, significados, pensamentos, sentimentos, empilhados uns sobre os outros, frequentemente da forma menos sistemática possível”¹⁸. O olhar sobre o mundo natural, portanto, também é histórico e se transforma continuamente. No século XIX, a região do Cariri cearense foi representada como um “oásis do sertão”. Sua natureza foi apropriada de diferentes maneiras, seja pelos intelectuais que publicavam nos jornais, pelos discursos políticos ou pelo estranhamento dos viajantes, e representada com base nesses interesses. É nesse sentido que inserimos a presente pesquisa no campo da História Ambiental, com o intuito de refletir sobre as ideias, projetos e políticas da natureza.

O conceito de “natureza” pode ter, no entanto, muitas definições. De acordo com Raymond Williams, podemos distinguir três campos de significados: “(i) a qualidade e o caráter essenciais de algo; (ii) a força inerente que dirige o mundo ou os seres humanos, ou ambos; (iii) o próprio mundo natural, incluídos ou excluídos os seres humanos”¹⁹. Este último, o “mundo natural” deve ser entendido, então, não somente como palco do teatro da História. Dessa maneira, a natureza não pode ser entendida somente como

¹⁸ WORSTER, Donald. Para fazer História Ambiental. In: **Revista Estudos Históricos**, v. 4, n. 8, 1991/2, p. 210.

¹⁹ WILLIAMS, Raymond. **Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade**. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 293

passiva, imóvel, mas também como sujeito que está em transformação diante das disputas e relações com a sociedade.

O presente capítulo propõe analisar os sentidos dados a *natureza* na segunda metade do século XIX, na região do Cariri cearense. Esses diferentes significados foram percebidos e vividos por diversos sujeitos que relataram, cada um à sua maneira, um mundo de possibilidades.

A primeira parte do capítulo, “*A construção do oásis do sertão*”, analisaremos os discursos veiculados nos jornais *O Araripe* (1855-1864) e *A Voz da Religião no Cariri* (1868-1870) sobre a construção da região enquanto um “oásis”, e dos seus usos políticos e econômicos. Já no segundo capítulo, intitulado “*Imaginário e viajantes no Cariri cearense*”, discutiremos os relatos dos viajantes e as suas surpresas diante do novo e do estranho.

2.1 CARIRI, KARIRI

Cariri é uma palavra de etimologia indígena que faz referência a um povo que habitou e ainda habita uma parcela do território que se convencionou a chamar de Nordeste brasileiro. Há ainda outras duas divisões que a recortam: o Cariri do Ceará e o da Paraíba. Essas diferenças, no entanto, foram construídas historicamente através de discursos, identidades, culturas.

Segundo a historiografia, a colonização da região do Cariri se deu no final do século XVII, através de um longo processo de lutas, dominações e resistências entre os povos originários, chamados *Kariri*, e os colonos e vaqueiros das rotas da chamada “civilização do couro”. Para José de Figueiredo Filho,

O Cariri foi alcançado pelos povoadores do chamado ciclo da civilização do couro. Vieram da Bahia, de Sergipe e Pernambuco, pelo mesmo caminho palmilhado outrora pelos selvícolas na pré-história – o S. Francisco. Muitos alcançaram o riacho dos Porcos, daí se bifurcando para o Jaguaribe, ou penetrando nos terrenos férteis ao sopé do Araripe. Alguns chegaram-nos pelo caminho do Pageú, de Pernambuco, ou o riacho da Brígida, afluente do ‘mais brasileiro dos rios’. No lado pernambucano tínhamos povoação, fundada por capuchinhos, em 1705, tendo apenas a serra do Araripe de permeio, a separá-la do lado de cá, no local onde se fundou a missão do Miranda que, depois, quando vila, recebeu o nome de Crato.²⁰

Esses “povoadores”, na expressão de Figueiredo Filho, se depararam, no entanto, com um lugar já povoado. O domínio do território dos “terrenos férteis ao sopé do Araripe” esteve atrelado com o processo de dominação das populações nativas, tendo em vista assegurar os interesses coloniais. Antonio José de Oliveira, em sua tese de doutorado sobre os *Kariri*, destaca que

O aldeamento do Miranda, durante o tempo em que perdurou seu funcionamento, (1740-1762), ao que tudo indica, teve sua estrutura física edificada aos moldes das demais dirigidas pelos Capuchinhos italianos naqueles sertões. Relatórios como os de frei Carlo José de Spezia e Frei Anibal de Genova, que realizaram Missões naqueles locais, demonstram como eram suas composições físicas, organização social e, especialmente, as formas de catequização.²¹

²⁰ FIGUEIREDO FILHO, José de. História do Cariri – v. I (capítulos 1-5). Fortaleza: Edições UFC, 2010a, p. 18.

²¹ OLIVEIRA, Antonio José de. **Os Kariri-resistências à ocupação dos sertões dos Cariris Novos no século XVIII**. Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017, p. 174.

A Missão do Miranda, dominada pelos capuchinhos, tinha métodos de catequização que não estavam voltados apenas para aspectos religiosos. A submissão dos povos nativos ia além dos ensinamentos bíblicos. Todavia, a abordagem clerical visava uma alternativa para a escravidão colonial. Para Oliveira, os aldeamentos tinham uma função:

Aldeia, lugar de orar, trabalhar e aprender a língua dominante. Nesse sentido, destacam-se também as formas de ação evangelizadora dos Capuchinhos nos mais longínquos territórios Sul da Capitania do Ceará, cuja proposta era reduzir o maior número de nativos naqueles aldeamentos a qualquer custo.²²

Você, leitor, imagine o que foram capazes os colonizadores para destinar os nativos “a qualquer custo”. A violência colonial, ligada às chamadas “guerras de conquista”, escravidão e aculturação desses sujeitos, esteve voltada para a implementação de um sistema que atendesse aos interesses econômicos dos colonos. O avanço do processo colonizatório esteve atrelado a aspectos mais amplos, ligados ao que Marx chamou de “acumulação primitiva do capital”.

A descoberta das terras do ouro e da prata, na América, o extermínio, a escravização e o soterramento da população nativa nas minas, o começo da conquista e pilhagem das Índias Orientais, a transformação da África em um cercado para a caça comercial às peles negras marcam a aurora da era de produção capitalista. Esses processos idílicos são momentos fundamentais da acumulação primitiva. De imediato segue a guerra comercial das nações europeias, tendo o mundo por palco.²³

Dominar o Cariri não significava apenas o domínio e submissão das populações indígenas, mas de se apropriar da natureza e atender os interesses coloniais. A corrida sesmarial e a ocupação dos colonos definia, num processo longo, a formação de uma classe senhorial, proprietária. Como ocorria até então nos territórios ocupados, as atividades econômicas instauradas privilegiavam dois segmentos agrícolas. Figueiredo Filho destacou a importância do processo de expansão pecuarista e agrícolas, responsáveis por protagonizar conflitos rurais no decorrer dos Oitocentos, recorte temporal da presente dissertação:

Foram criadores, que atravessaram ínvios sertões em busca de pastagem para o gado e com a ânsia de disseminar a criação, os pioneiros da

²² Ibid, p. 176

²³ MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política - Livro Primeiro (O processo de produção do capital)**. Tomo 2. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996, p. 370.

colonização caririense. O São Francisco foi sempre o disseminador da civilização no Sul do Ceará. Vieram-nos de lá os primeiros colonos, já brasileiros, caldeados na Bahia, Sergipe, Alagoas ou Pernambuco. Trouxeram-nos dali sua experiência civilizadora com o gado vacum, cavalari e caprino. Fixados na terra, transplantaram para a região, a cana de açúcar, com seus engenhos de rapadura, trazendo-nos algo do que aprenderam no Recôncavo ou na mata de Pernambuco.²⁴

A importação de culturas agrícolas para o Cariri cearense representava não apenas o intercâmbio dos domínios senhoriais, mas também demarcavam as atividades desenvolvidas pelos grandes proprietários nos anos seguintes. A partir do início do século XIX, vários movimentos ocorreram no Cariri e que agitaram o cotidiano político. Joaryvar Macedo, em *Império do Bacamarte*, analisou o papel da violência como meio nas lutas políticas, a fim de entender o fenômeno do coronelismo na região, “sem esquecer haverem sido sempre frequentes os conflitos no Cariri, e a violência, uma das suas características mais evidentes”²⁵. Podemos destacar o papel da Revolução Pernambucana (1817) e da Confederação do Equador (1824), com a participação dos Alencares²⁶, os constantes atritos da política partidária, com “excitações de ânimo” e com resultados sangrentos, a Guerra de Pinto Madeira (1832), a tentativa de deposição do presidente da província do Ceará José Joaquim Gomes (1842), e das tumultuosas e constantes eleições que, nas suas exceções, não derramavam sangue. É nesse cenário que, a partir da segunda metade do século, os conflitos rurais se aprofundam ainda mais.

Contudo, o Cariri narrado pelos viajantes e intelectuais oitocentistas era constituído através das disputas da natureza, mas também da sua exaltação. Distante do contexto dos atuais objetivos e definições dos conceitos de “metrópole” e de “região de planejamento”, era a natureza que era explorada, com braços explorados, num sistema de exploração. Para Donald Worster,

A natureza muda, afirmamos, ainda que nem sempre as mudanças sejam aparentes para os observadores. O que nós queremos da natureza também muda. O que queremos e o que retiramos nunca são o mesmo, seja para os ambientalistas ou para os agentes do desenvolvimento. O que nós quisemos no passado teve consequências que ninguém

²⁴ FIGUEIREDO FILHO, op. cit.

²⁵ MACEDO, Joaryvar. **Império do Bacamarte: uma abordagem sobre o coronelismo no Cariri cearense**. Fortaleza: Ayni - produções culturais, 2022, p. 42.

²⁶ Joaryvar Macedo referência a Barbara de Alencar, como uma “grande figura” e “heroína”, e seus filhos José Martiniano de Alencar e Tristão Gonçalves de Alencar. Cabe destacar que, apesar do envolvimento com os movimentos republicanos, a família Alencar era uma grande proprietária de terras e de pessoas escravizadas no decorrer do século XIX.

esperava: surpresas, resultados imprevisíveis, muitas decepções, algumas delas trágicas.²⁷

Na segunda metade do século XIX, representar a natureza como algo a ser aproveitado e explorado também significa atender um conjunto de interesses de quem a representa. Desse modo, as diferentes apropriações colonialistas, resultantes na inversão da lógica Kariri para uma que atendesse ao capital, foram fulminantes no processo de uma nova relação com a natureza. O Cariri, assim, se representava como uma região a ser dominada.

²⁷ WORSTER, Donald. A natureza e a desordem da história. In: FRANCO, José Luiz de Andrade; SILVA, Sandro Dutra; DRUMMOND, José Augusto; TAVARES, Giovana Galvão (orgs.). **História Ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012, p. 368.

2.2 OASIS DO SERTÃO

O Cariri cearense foi construído num processo longo e cheio de metamorfoses, mas que tendeu a exaltar seus atributos naturais que contrastam com os territórios circunvizinhos. Vários discursos ajudaram a constituir a ideia de que o Cariri seria um “oásis do sertão”, responsável por dar apoio e servir de refúgio para os sertões vizinhos em momentos de seca. Nesse sentido, Durval Muniz de Albuquerque Junior, coloca que “não tomamos os discursos como documentos de uma verdade sobre a região, mas como monumentos de sua construção”²⁸. A noção de *invenção* é um importante meio para problematizar em que medida alguns discursos se apropriaram de características da natureza como forma de representar o Cariri. Isso não quer dizer que essas características sejam presentes em todos os lugares da região, mas que serviram para legitimar um modelo de representação que pretendia ser geral. Era a partir desses discursos que se criava um abismo entre o que era considerado “oásis” e o “sertão”.

Definir a região é pensá-la como um grupo de enunciados e imagens que se repetem, com certa regularidade, em diferentes discursos, em diferentes épocas, com diferentes estilos e não pensá-la uma homogeneidade, uma identidade presente na natureza.²⁹

A invenção da região não foi realizada a partir de uma única voz, mas a noção de “oásis” se atrelava com uma única imagem, prodigiosa e fértil. Mas o Cariri seria isso? A imagem imponente da Chapada do Araripe³⁰ era utilizada como símbolo desse “oásis”, apesar de não abranger todos os territórios da região, assim como o clima “úmido. Para Figueiredo Filho, a apresentar a região compreende também tratar dos privilégios “naturais”. Na sua *História do Cariri*,

O Cariri é região do sul do Ceará, situado no sopé do Araripe. É irrigado, em grande parte, por dezenas e dezenas de fontes perenes, brotadas daquela serra que o separa de Pernambuco e causa principal da situação privilegiada, que sua natureza desfruta, em contraste com a caatinga ressequida que o circunda.³¹

Para o autor, a região contrasta com a caatinga que a circunda. Esse contraste foi uma marca importante para a construção do “oásis”. Para Leandro Maciel Silva, “a

²⁸ ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 2011, p. 35.

²⁹ Idem, *ibidem*.

³⁰ As fontes também usam as palavras “serra do Araripe” ou apenas “do Araripe” para fazer referência à chapada.

³¹ FIGUEIREDO FILHO, 2010a, p. 5.

alteridade ambiental é o elemento consolidador da singularidade do Cariri em relação ao sertão. Essa alteridade maneja elementos ambientais para fundamentar uma alteridade social, possibilitando a paisagem do Cariri”³². Essa noção de alteridade se apoiava na tentativa de universalização dos elementos ambientais de partes da região para o todo, com o intuito do “oásis” ser uma característica do Cariri. Figueiredo Filho destacava que “a diferença entre a sua natureza e a da circunvizinhança é bem flagrante. Daí o filho do Cariri, apesar de bem interiorano, sentir que sua região é inteiramente fora do sertão propriamente dito”³³.

O contraste posto entre o “oásis” e o “sertão”, segundo os escritos de José de Figueiredo Filho, parece apontar que a expressão se configurasse como “oásis contra sertão”. Por outro lado, Irineu Pinheiro, em seu livro *O Cariri*, aborda um tipo de visão nativista e orgulhosa, “talvez por que o termo sertão lhes dê a ideia de zona seca e estéril, acham que sua terra, muito bonita e fértil, não deve incluir-se naquela designação. O Cariri é lindo e rico, não pode ser sertão”. Apesar disso, “quer queiram ou não, o Cariri é puro sertão. Apenas um trato mais feliz de nosso *hinterland*”³⁴. Essa segunda visão parece fortalecer a expressão “oásis do sertão”, mas, ao lado da primeira, demarcam juntas o papel da natureza na construção narrativa da região.

Segundo o historiador Johnnys Jorge Alencar, “existiram concepções de sertões sendo operacionalizadas no Cariri cearense, pelo menos, desde início do século XIX e que seus usos não devem ser entendidos como homogêneos”³⁵. A evocação da natureza e da ideia de “oásis” foram transformados, mas

na prática, esse espaço e seus habitantes foram tratados como um problema. Os intelectuais e os senhores donos de terras percebiam que a questão da seca em outras regiões também se figurava como um perigo e ameaça ao sul cearense. Os discursos em torno do Cariri como espaço privilegiado se espalharam ao longo do século XIX e implicaram em migrações que tinha essa região como destino.³⁶

³² SILVA, Leandro Maciel. **Oásis do sertão: a paisagem do Cariri Cearense (séc. XIX-XX)**. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2019b, p. 34.

³³ FIGUEIREDO FILHO, *ibidem*.

³⁴ PINHEIRO, Irineu. **O Cariri: seu descobrimento, povoamento, costumes**. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2009, p. 7-8.

³⁵ ALENCAR, Johnnys Jorge Gomes. **Intelectuais no Sertão: O Club Romeiros do Porvir, a produção e circulação de representações em torno da intelectualidade, da cidade do Crato-CE e dos sertões (1900-1910)**. Fortaleza: Quitanda Soluções Criativas, 2021, p. 173.

³⁶ *Ibidem.*, p. 196.

Os exemplos de José de Figueiredo Filho e Irineu Pinheiro se localizam através das suas atuações no Instituto Cultural do Cariri (ICC), criado em 1953. O ICC havia surgido com um discurso regionalista e nativista, de um lugar social cratense, voltado para a invenção de uma identidade regional e que tinha como ponto de partida a cidade do Crato. Desse modo, “a instituição de limites fronteiriços, mesmo que elásticos, reais ou imaginários, participa do ato de incluir e excluir característico da produção de identidades nacionais e regionais”³⁷. Deveríamos, então, falar sobre *Cariris*, de maneira plural, na medida em que essas representações partem de lugares e sujeitos com distintos interesses e práticas, mas que convergem na exaltação da natureza para a construção de uma identidade. Para Darlan de Oliveira Reis Junior,

A representação de um território como espaço privilegiado no interior do Ceará, devido ao solo fértil e à presença de fontes de água em contraposição à aridez do entorno, foi um importante instrumento político, utilizado pelas classes senhoriais, na consolidação de seu domínio sobre o território. O Cariri, assim denominado, passou a ter uma existência histórica, de região vivida e representada.³⁸

Refletir sobre os discursos sobre o “oásis do sertão” como elemento partícipe na construção da região do Cariri significa, portanto, entender a multiplicidade de outros discursos que se perderam ou foram silenciados ao longo do caminho. A região é, segundo Durval Muniz, “o produto de uma batalha, é uma segmentação surgida no espaço dos litigantes”³⁹. As ideias e tentativas de uma classe senhorial, dominante e escravista pelo controle social e domínio dos sujeitos subalternos e da natureza – também subalternizada –, se exprimem nos vestígios históricos, traduzidos em diversos discursos.

Ao longo do século XIX, tivemos, por exemplo, a construção de muitas narrativas dos viajantes que vieram ao Brasil, movidos por diversos interesses. No Cariri, um desses viajantes foi o escocês George Gardner, que veio ao Brasil em 1836. Sérgio Oliveira Filho evidenciou a busca por uma legitimação científica, com as constantes citações aos escritos dos viajantes naturalistas anteriores. Gardner teria vindo ao Brasil “com a missão de coletar e catalogar o máximo de espécies vegetais, animais e fósseis possíveis,

³⁷ SILVA, Jane. **Um “oásis” chamado Cariri: Instituto Cultural do Cariri, natureza, paisagem e construção identitária do sul cearense (1950-1970)**. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2019a, p. 86.

³⁸ REIS JUNIOR, Darlan de Oliveira. **Senhores e trabalhadores no Cariri cearense: terra, trabalho e conflitos na segunda metade do século XIX**. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza, 2014, p. 26.

³⁹ ALBUQUERQUE JR, op. cit., 36.

percorrendo durante cinco anos diversos pontos do Império do Brasil”⁴⁰, incluindo a província do Ceará nos anos de 1838 e 1839. Nessa passagem, o viajante relatou

Adquiri mais dois cavalos, contratei um guia experiente e provi-me de quanto era necessário para a viagem, quando ocorreu um incidente que me impediu de partir. Na véspera do dia marcado para a partida, um de meus cavalos desapareceu do pasto onde estava, se se pode chamar de pasto um pouco de grama seca. Como o furto de animais é crime frequentíssimo no Brasil, suspeitei de que o cavalo me fora roubado, mas me asseguraram que ele apenas se extraviara em uma catinga próxima e logo seria achado. Mande logo à sua procura o Pedro e mais um homem conhecedor da região, os quais só voltaram após dois dias sem notícias satisfatórias.⁴¹

Durante a organização dos preparativos para a viagem de Icó ao Crato, o viajante escocês passou por um contratempo durante a sua passagem pela província do Ceará. Por conta do roubo de um dos seus cavalos, a viagem teria que esperar um pouco. Perdendo as esperanças de reencontrar o animal e com a ideia de comprar outro cavalo, o viajante soube de Pedro, sua companhia, que um homem também estava à procura de dois animais fugidos, tendo dito que encontrou um animal com as características descritas na Serra de Pereira, próximo ao Icó. Este foi, para Gardner, “o primeiro de uma série de aborrecimentos” que surgiram no seu trajeto. Os problemas, entretanto, não parecem ser exclusivos da sua tentativa de conhecer várias províncias do Brasil. Em conversa com várias pessoas, ele estipula teorias do que teria acontecido com o seu cavalo. Ainda em seu relato,

Frequentemente um animal é levado por alguém que deseja fazer uma curta viagem, reaparecendo um ou dois dias depois no lugar donde foi tirado. Outras vezes são levados e escondidos por uns poucos dias para, quando achados, renderem uma gratificação; e, ainda que certo deste embuste, nunca recusei pagar o preço, para evitar coisa pior⁴².

É interessante perceber como despertam diversas explicações para o desaparecimento dos cavalos que ele arrumara para pegar a estrada. Ali pousam significações para a estrutura do pasto, das possíveis fugas dos animais e pelos roubos

⁴⁰ OLIVEIRA FILHO, Sérgio Willian de Castro. “Estranho em terra estranha”: práticas e olhares estrangeiro-protestantes no Ceará oitocentista. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2011, p. 52

⁴¹ GARDNER, George. *Viagem ao interior do Brasil, principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836 e 1841*. Belo Horizonte: Livraria Itatiaia, 1975, p. 88.

⁴² Idem, *ibidem*.

que assolavam os sertões, e também o oportunismo de algumas pessoas de tentar conseguir uns trocados a mais por meio de futuras recompensas dadas a quem encontrasse o animal. As viagens pela longa extensão do império brasileiro, no entanto, necessitavam da presença animal não apenas como companhia, mas também como meio de transporte.

As relações entre sociedade e a natureza podem ser percebidas a partir de diferentes perspectivas, assim como os próprios animais, por muito tempo, foram vistos como algo a ser domado, adestrado. Segundo o historiador Keith Thomas, a noção é de que existe um “predomínio humano” sobre a natureza no ideal moderno, o que seria utilizado para justificar formas de dominação e de superação/domínio do meio. “O ideal do predomínio humano também repercutia no relacionamento dos homens entre si, não apenas no modo de tratarem o mundo natural”⁴³. Os animais que não pudessem ser domesticados ou controlados deveriam ser então, excluídos ou combatidos. Vários conflitos foram tensionados na medida em que humanos e não-humanos dividiam os espaços e eram submetidos a tentativas de controle.

A desventura de Gardner evidencia um sujeito cujo envolvimento se repetirá em várias outras circunstâncias sociais: os animais. Motivo de pesquisa, deslocamento e surpresa dos viajantes estrangeiros, os animais estavam ligados às disputas senhoriais nos jornais, nos conflitos entre as atividades econômicas, nas representações, nas leis, no cotidiano de outros sujeitos. Desde a colonização, a relação entre humanos e não-humanos esteve em transformação diante das novas estruturas sociais, transformando humanos e não-humanos em mercadorias. Os animais eram tidos como propriedade pela lei e pelas relações sociais. Em alguns casos, a agressão contra alguém era feita contra o seu animal, em outros, os animais se alimentavam das plantações e isso criava uma disputa judicial entre os proprietários. John Berger, destacou o rompimento de práticas sociais na Europa e na América do Norte a partir do século XIX, que

teve início um processo, consumado pelo capitalismo das multinacionais do século seguinte, de aniquilamento e das tradições que até então haviam feito a mediação entre o homem e a natureza. Antes dessa ruptura, os animais constituíam o círculo mais imediato das coisas ao redor do homem. Mas isso pode sugerir uma distância excessiva. Eles ocupavam, ao lado do homem, o centro de seu mundo. Centralidade sem dúvida econômica e produtiva. Por mais que mudassem os modos de produção e de organização social, o homem

⁴³ THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e os animais, 1500-1800**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 56.

dependia dos animais para se alimentar, trabalhar, se deslocar e se vestir.⁴⁴

A exaltação dos aspectos naturais se inseria num clima de disputa da natureza que se apropriava desses elementos para atender a reivindicações capitalistas de exploração do território, no qual estavam incluídos os animais e as plantações. A natureza deveria ser objeto de exploração dos animais? Das plantas? Em sua viagem, Gardner relatou impressões sobre a paisagem do Crato e da Chapada, destacando também os aspectos naturais.

O solo eleva-se gradualmente de Crato para o sudoeste até alcançar a base da Serra de Araripe, lombada elevada que forma um semicírculo à volta da planície ondulante em que se localiza a cidade. Desta serra, que dista de légua e meia a duas léguas do Crato, brotam numerosas fontes a que se pode atribuir a grande fertilidade desta parte do sertão, cujas correntes de água se diversificam em mil direções para os fins de irrigação. Atualmente apenas se cultiva pequena parte desta fértil zona, que, entretanto, se compensaria muito esse labor⁴⁵

Muitas destas fontes de água não estavam disponíveis para todas as pessoas. Além disso, apesar de Gardner apresentar potenciais econômicos, também defende que a população e seus hábitos “extremamente indolentes, podendo com pouco trabalho colher quanto lhes baste ao sustento da vida, nada mais parecem querer além disso”⁴⁶. O que “compensaria” para o Cariri seria, na visão do viajante, a exploração da fertilidade de seu solo para o desenvolvimento local. No entanto, a noção de trabalho defendida pelo viajante se contrapunha com as práticas do local e eram bem destoantes do seu ideal moderno. José Carlos Barreiro, em seu estudo sobre o imaginário e os viajantes no Brasil, afirmou que “as tentativas de imposição de uma rígida disciplina de trabalho eram obscurecidas pelas frequentes interrupções”⁴⁷. O que estava em confronto era a cultura da classe subalterna, que resistia às tentativas de submissão e dominação senhorial.

Com a chegada da Comissão Científica de Exploração em 1859, o Estado nacional em formação projetava potencialidades e possíveis caminhos a serem seguidos. Paulo César dos Santos coloca que “seu desejo imediato era realizar estudos sobre a fauna e a flora, catalogar e registrar o que fosse possível sobre a nação brasileira e fomentar uma

⁴⁴ BERGER, John. **Por que olhar para os animais?** São Paulo: Fósforo, 2021, p. 17.

⁴⁵ GARDNER, 1975, p. 95.

⁴⁶ Ibid, ibidem.

⁴⁷ BARREIRO, José Carlos. **Imaginário e viajantes no Brasil do século XIX: cultura e cotidiano, tradição e resistência.** São Paulo: Editora UNESP, 2012, p. 143.

ciência nacional. Buscava-se a natureza exuberante, os costumes do povo, a riqueza da nação”⁴⁸.

Liderada pelo botânico Francisco Freire Alemão, a Comissão Científica era formada por outros membros, cada um à sua especialidade⁴⁹. Era necessário conhecer para dominar. Nessas viagens, havia uma preocupação para a produção de diários, em que relatavam um pouco dos percursos, dificuldades, impressões e estranhamentos. No entanto, o que muitas vezes era posto como exótico ou assustador por esses viajantes, poderia ser considerado comum para muitos. Freire Alemão relatou em seu diário de viagem que

O caminho que do Juazeiro conduz ao Crato é de três léguas [de] estrada plana, arenosa, tortuosa – e bordado de vigorosa vegetação: era uma estrada das vargens do Rio de Janeiro. Ao lado direito nos ficava uma vargem fresca, por onde passa um rio, e toda plantada de cana-de-açúcar, havendo à beira do caminho 13 engenho, às vezes quase juntos. Quando chegamos ao alto dum morro sobranceiro à cidade, se nos ofereceu um bonito panorama, por diante fechava o quadro a serra do Araripe, que não é mais que uma vasta chapada rasa e igual, como a do Apodi, adiante da qual fica a bacia do Crato, toda vestida de vigorosa vegetação e formando contraste com o aspecto do sertão. No centro e por entre o verde das árvores aparecia a torre da Matriz. A estrada, descendo moderadamente, oferecia grupos de gente com trajas domingueiros que concorriam para a missa.⁵⁰

Os relatos dos viajantes demonstram a importância de uma perspectiva ambiental para o que seria esse “oásis”. No entanto, falar sobre história e natureza nem sempre foi um tema corrente na historiografia, apesar de se entrelaçarem sob outras lentes de foco teórico. A natureza posta em disputa ressalta a efervescência do debate ambiental e da urgência em historicizar as relações com a natureza para a compreensão do nosso mundo. A História Ambiental, enquanto campo historiográfico, começou a se estruturar a partir de 1970, objetivando problematizar a relação entre a sociedade e a natureza, em suas convergências e divergências. José Augusto Pádua nos chama atenção para

⁴⁸ SANTOS, Paulo César dos. **O Ceará Investigado: a Comissão Científica de 1859**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2011, p. 22.

⁴⁹ Em sua dissertação de mestrado, o historiador Paulo César dos Santos também destaca o papel de Guilherme Schüch de Capanema, da área de Geologia e Mineralogia; Manoel Ferreira Lagos, da Zoologia; Raja Gabaglia nas áreas da Astronomia e Geografia; Gonçalves Dias com a Etnografia e a Narrativa de Viagem; além do pintor Reis Carvalho e dos ajudantes de cada seção. *Ibid*, *idem*, p. 12.

⁵⁰ ALEMÃO, Francisco Freire. **Diário de Viagem de Francisco Freire Alemão: Fortaleza-Crato 1859**. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2006, p. 234.

a imagem de ser humano e de história humana se construiu em grande parte por oposição à natureza: arte versus natureza; ordem social versus natureza; técnica versus natureza; espírito versus natureza etc. Em outras palavras, um conjunto de oposições que procuram demarcar, por diferenciação ou por identificação, a especificidade do fenômeno humano em relação à natureza (seja afirmando uma oposição e ruptura radical entre ambos, seja entendendo o humano como uma qualificação especial no contexto do mundo natural).⁵¹

É nesse complexo conjunto de relações que a história vai se tecendo. Para Durval Albuquerque Junior, “o historiador, assim como as rendeiras, deve saber conectar os fios, amarrar os nós, respeitando os vazios e silêncios que também constituem o desenho do passado, o entremeado dos tempos.”⁵² Na construção do discurso historiográfico, entretanto, a natureza foi colocada apenas como um cenário diante dos diversos objetos de estudo. Mas a História Ambiental propõe ressignificar esse olhar. Como coloca Enrique Leff,

a história ambiental é pois a história de histórias não ditas; e não só porque a natureza não fala e porque os pobres, os colonizados, os dominados e os vencidos foram calados, mas porque a submissão da natureza foi um processo silencioso, invisível e impensável pelos paradigmas civilizatórios que justificavam a exploração da natureza em nome do progresso e do poder.⁵³

A construção do “oásis do sertão”, marcada pela valorização narrativa dos elementos naturais ditas, silenciou outras histórias em nome do interesse pela exploração. O lugar das “terras férteis” e “águas perenes” atendia a todas as pessoas? Havia riscos na exploração da natureza? Era possível conciliar todos os interesses dessa exploração? O “oásis” como lugar de refúgio não pode ser visto somente pelo ponto de vista da abundância. Existem outros discursos que coexistem, na complementação ou contraposição, mas que não são únicos. Desse modo, a luta historiográfica deve buscar e afirmar combater que “uma história se torne a única história”. Para Chimamanda Ngozi Adichie, “quando rejeitamos a história única, quando percebemos que nunca existe uma história única sobre lugar nenhum, reavemos uma espécie de paraíso”⁵⁴.

⁵¹ PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. In: **Estudos Avançados**, v. 24, n. 68, 2010, p. 87.

⁵² ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **O tecelão dos tempos (novos ensaios de teoria da história)**. São Paulo: Intermeios, 2019, p. 33.

⁵³ LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 398.

⁵⁴ ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

3 NATUREZA EM DISPUTA

À medida que o homem se elevou acima do estado de natureza, os animais foram rebaixados em relação a ele (BUFFON - História Natural)

O jornal *O Araripe* (1855-1864) serviu como o porta voz do liberalismo no Cariri cearense, movendo uma rede de circulação de ideias que atravessava todas as regiões circunvizinhas. Através dele, membros da classe senhorial que tinham interesses em comum se apropriaram do espaço para divulgar as suas intenções diante dos atributos naturais exaltados. Todavia, os discursos preocupados em defender a exploração do território através da agricultura fundamentaram, aos poucos, um problema humano que foi incorporado como um problema “natural”.

Existe algo na natureza que nos confirme se ela tem interesse em ser explorada? Será que na natureza existem espaços reservados para um uso exclusivo de quaisquer que seja a atividade? A natureza, pertencente ao “oásis”, era somente associada às terras férteis? Os animais não eram natureza no “oásis”? Diante das visões sobre a natureza do Cariri cearense e suas representações, haviam disputas que tentavam definir princípios para os usos e apropriações do natural. Nesse contexto foram tentadas, através de rígidas tentativas de controle social, a submissão voltada para o domínio humano.

As tentativas de apropriação das “terras férteis” enfrentavam um problema grave: a rebeldia não-intencional dos animais. O simples ato de alimentar-se para um boi, por exemplo, era visto como uma praga a ser combatida. Esse alimento poderia ser parte das plantações de um roçado, o que geraria um prejuízo duplo: ao proprietário do roçado, que perdia suas plantações, e ao proprietário do boi, que se responsabilizava legalmente pelos atos do animal. Mas a lei nem sempre funcionava e haviam outros conflitos sociais que iam sendo tecidos. Para John Berger,

A ideologia subjacente é que os animais é que são sempre os observados. O fato de que eles podem nos observar perdeu importância. Eles são o objeto de nosso conhecimento, em constante expansão. O que sabemos a respeito deles é uma medida do nosso poder, e assim uma medida daquilo que nos separa deles. Quanto mais sabemos, mais distantes eles se tornam.⁵⁵

⁵⁵ BERGER, op. cit., p. 31-32.

No primeiro tópico, “*Terra de criar ou terra de plantar?*”, discutiremos sobre os debates e os projetos de um Cariri que poderia se aperfeiçoar economicamente na exploração da natureza. Nesse sentido, havia uma defesa de que as terras férteis deveriam ser destinadas exclusivamente para a agricultura, que deveria ser o principal motor do desenvolvimento econômico da região. O uso das terras também evidenciava outro problema corrente nos Oitocentos: a construção e a manutenção das cercas, responsáveis por delimitar a posse.

Na segunda parte do capítulo, intitulada “*Cercas para definir, animais para contestar*”, veremos que os debates e projetos discutidos no tópico anterior estavam inseridos num contexto de mudanças de percepção sobre o que seria propriedade. Na segunda metade do século XIX, as terras deveriam ser cercadas, definindo seus limites e expondo alguns problemas sociais. Analisaremos os Códigos de Posturas das Câmaras Municipais e alguns debates nos jornais para refletir sobre o papel das cercas nesse contexto.

3.1 Terra de criar ou terra de plantar?

O jornal *O Araripe* serviu, no início da segunda metade do século XIX, como lugar de exposição e debate entre as classes senhoriais nos sertões. Publicado entre os anos de 1855 e 1864, ele foi o primeiro periódico do interior da província do Ceará⁵⁶, e tinha critérios de entendimento das conjunturas sociais bem estabelecidos. Além de trazer notícias, debates e críticas, ele também foi um importante instrumento de reivindicação das classes senhoriais locais para a Câmara dos Vereadores e o governo provincial.

Segundo a historiadora Maria Daniele Alves, o jornal se propunha a apresentar “uma melhor compreensão e meios de adequação às ideologias liberais, garantir o progresso, a instrução política e educacional, bem como civilizar os habitantes da região”⁵⁷. Em sua dissertação de mestrado, ela analisou como o periódico elaborou “desejos de civilização”, inspirado pelas ideias e práticas liberais que se faziam presentes na província do Ceará.

Desde a sua fundação, para Denise de Menezes Dantas, “seus produtores tinham como objetivo transformar costumes e hábitos através das ideias divulgadas pela imprensa local”, que agradassem, sobretudo, às classes senhoriais, “com o intuito de tornar a região semelhante aos pontos mais adiantados e civilizados do Império”⁵⁸. Isso não quer dizer que essas noções estivessem atreladas aos interesses de todas as pessoas, mas se enquadravam ao que o liberalismo presente no Cariri entendia enquanto civilização. Por seu teor político-partidário, vários sujeitos ali se relacionavam principalmente políticos, comerciantes, proprietários rurais e donos de escravos⁵⁹.

Um dos debates que permeava várias edições do periódico é o da presença das cercas no Cariri. O jogo dos discursos presentes tentava criar a ideia de que a presença da agricultura e da criação de animais eram duas atividades incompatíveis na mesma região. Os gados, mais precisamente, eram tidos como um obstáculo para o desenvolvimento econômico que, pela posição do jornal, deveria ser encabeçado pela agricultura. Nossa hipótese é a de que foram atribuídos diferentes sentidos aos animais, de acordo com a visão de diferentes sujeitos e que isso, de certa forma, contribuiu para definir o Cariri

⁵⁶ ALVES, 2010, p. 53.

⁵⁷ Idem, *ibidem*.

⁵⁸ DANTAS, Denise de Menezes. **Política, natureza e imprensa: a narrativa dos liberais cratenses no jornal O Araripe (1855-1864)**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2018, p. 41.

⁵⁹ ALVES, 2010, p. 58.

enquanto um “oásis” – onde os animais estariam excluídos. Em coluna publicada em 1 de setembro de 1855, se colocava

(...) como planta-se no Cariri debaixo de cercas? Não vê a Câmara [Municipal], não vê o criador, que nossas madeiras já são raras e que após o vandalismo dos plantadores poucas restam insuficientes para os misteres dos engenhos, inferiores em número a quantidade que se exigiria para cercar tão vasta periferia de terras lavráveis? ⁶⁰

O jornal elenca uma possível negligência por parte do governo, que não dá a devida assistência aos plantadores e, por outro lado, também responsabiliza os criadores. Na visão do jornal, as madeiras que deveriam ser utilizadas nos engenhos já seriam “raras após o vandalismo dos plantadores”, que também recebem uma parcela da culpa do problema. A publicação não aponta que tipo de vandalismo foi esse, nem quais foram os impactos das ações dos plantadores, mas isso foi utilizado como meio de construir uma noção de incompatibilidade entre a presença das cercas para proteger os roçados. O conflito proposto talvez fizesse menção a disputas entre os mais abastados e a população mais pobre, o que não é bem definido no campo discursivo. O que fica destacado é que essas madeiras já seriam “insuficientes” para os engenhos, assim como também se fosse destinada para a construção de cercas.

Mas nem sempre essa relação entre a agricultura e a pecuária foi tão distante. Por volta de 1750, os primeiros colonos que se estabeleceram na região tinham seus pedidos de sesmarias justificados por uma caçada ao ouro – que vinha se estendendo por vários lugares do Brasil na época –, mas também pela criação de gados e pelo estabelecimento da agricultura monocultora da cana-de-açúcar. Quem analisou esse processo foi o historiador Antonio José de Oliveira, onde destaca que os bois, aliados importantes no fabrico do açúcar nos engenhos, tinha um papel significativo em diversas esferas do cotidiano do Cariri ⁶¹.

Com o passar do tempo, entretanto, o interesse das classes senhoriais pareceu se tornar muito mais heterogêneo do que o analisado na segunda metade do século XVIII por Antonio Oliveira. O jornal *O Araripe* era porta-voz de uma parcela desses indivíduos que identificavam na obrigatoriedade das cercas um problema que deveria ser resolvido. Na mesma coluna supracitada, o discurso continua:

⁶⁰ Jornal *O Araripe*, 01/09/1855, f. 3.

⁶¹ OLIVEIRA, Antonio José de. **Engenhos de rapadura no Cariri: trabalho e cotidiano (1790-1850)**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, 2003, p. 24-27.

Ninguém ignora, quanto com isto perderíamos: todos sabem que estas cercas teriam de carecer de amudados serviços, e seriam renovadas quase anualmente atente a má qualidade de nossa madeira para resistir a um solo, que as putrifica ao cabo de pouco tempo.⁶²

Nesse momento, os editores do periódico encaram a cerca sob um ponto de vista puramente econômico, ao mesmo tempo em que reclamam dos possíveis prejuízos causados pelas constantes manutenções exigidas. Por outro lado, *O Araripe* também elabora um discurso em que os animais (principalmente os bois) eram vistos enquanto uma ameaça pelo fato de invadir os roçados alheios. Essa visão, no entanto, constitui parte dos interesses das classes envolvidas na divulgação dessas ideias que atribuíam um sentido de *praga* a esses animais. A retórica utilizada foi a de que, muito além do sentido destrutivo dado aos bois nas invasões das lavouras, a indústria pecuária tinha uma parcela de culpa na constante ameaça do insucesso agrícola na região. A criação de animais, enquanto uma “indústria menos importante”, poderia aniquilar, assim, as tentativas desses senhores de investimento na região. A agricultura e os bois não poderiam viver em harmonia.

A retirada dos gados, que se apascentam nas faldas do Araripe é uma das necessidades mais culminantes desta comarca, que demandam dos poderes provinciais uma medida pronta e enérgica; uma condição necessária do adiantamento de nossa agricultura. Toda vez que uma indústria menos importante pode aniquilar outra que é considerada fonte da riqueza pública e que circunstâncias peculiares recomendam com mais profícua e adequada, é força que aquela desapareça; e, se se dá a possibilidade de lograr duplo proveito, deslocando-a ou removendo-a, seria uma inépcia deixar que uma desaparecesse em proveito da outra, que não pode indenizar a sua perda. Neste caso está a criação e a agricultura no Cariri.⁶³

A “indústria menos importante”, exclamada pela classe senhorial, ainda estava ligada com outros prejuízos. Em dezembro de 1855, o contexto narrado pelo autor se tornava ainda mais difícil, pois haviam mais exigências para uma maior produção agrícola na região, responsável pelo abastecimento dos lugares ao entorno, além da constante necessidade da criação e manutenção nas cercas feitas a madeira, que implicava no problema da sua escassez e dos seus altos custos.

Quando um terço de nossa produção bastava para alimentar a população do Cariri, era pouco sensível o estrago, porque passávamos, hoje porém

⁶² Jornal *O Araripe*, 01/09/1855, f. 3.

⁶³ Jornal *O Araripe*, 01/09/1855, f. 2-3.

que a desolação dos campos vizinhos tem congregado para aqui os gados, que decuplam, e que as exigências do consumo tem feito retirarem-se todos os terrenos aráveis, outrora em disponibilidade, e por outro lado a escassez das madeiras torna-se se não impossível, horrivelmente dispendioso o sistema de cercas, o gado entre nós se tem tornado uma praga, uma verdadeira calamidade pública.⁶⁴

O discurso em defesa da agricultura era construído com base no interesse de classe dos grandes proprietários. Aos pequenos posseiros e trabalhadores pobres, que em alguns momentos eram associados a uma “má índole” e a propensão a vadiagem, também se associava uma incapacidade para o desenvolvimento econômico. Os bois perdiam, assim, sua animalidade na medida da afirmação de seu caráter de mercadoria.

Não existem no Cariri esses terrenos de criar; o que não o contexto narrado pelo autor da publicação era ainda mais difícil é terreno capas de cultura é seco tabuleiro, sem pasto próprio e sem água: mesmo os donos desses gados não têm senhorios mais extensos que os lavradores. As terras entre nós estão divididas e subdivididas em milhares de pequenas posses; mas os criadores que possuem pequenos sítios, como os agricultores, incapazes para tal mister amontoam gados, insistindo, que devemos nos outros precaver os danos que seus gados possam trazer, detendo nossos campos com cercas, verdadeiras fortificações!!⁶⁵

Os usos da natureza eram assim, classificados e justificados para atender as demandas de uma parcela da população – que também não pretendiam melhorar a vida das pessoas de todas as classes sociais da região. Segundo Darlan de Reis Junior existia na classe senhorial,

Um discurso em defesa da agricultura e que se colocava a favor da limitação da criação de gado. Interesses econômicos distintos se confrontavam na utilização do espaço do “oásis”. Prevalencia a visão da condição natural, “vocacional” para a agricultura, comum no discurso político e científico do país nessa época.⁶⁶

As tentativas de dominação da natureza pelos humanos foram feitas em diferentes perspectivas ao longo do tempo. O controle da terra, da água, das plantas e dos animais, por exemplo, foi configurado e moldado nas relações sociais. Vários indícios nas fontes

⁶⁴ Jornal O Araripe, 15/12/1855, f. 2.

⁶⁵ Jornal O Araripe, 15/12/1855, f. 2.

⁶⁶ REIS JUNIOR, Darlan de Oliveira. A “salvação do sertão”: representações da natureza e a realização do trabalho no Cariri cearense em meados do século XIX. In: FUNES, Eurípedes; RIOS, Kênia Sousa; CORTEZ, Ana Isabel; MAIA NETO, Emy Falcão (orgs.). **Natureza e Cultura: capítulos de História Social**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2009.

indicam que a Chapada do Araripe, localizada no sul do Ceará, serviu como um ponto de projeção para o Cariri, enquanto destoante dos sertões vizinhos. Dessa maneira, a natureza foi utilizada pelas classes senhoriais como um mecanismo por onde seus interesses seriam alcançados. No ideal moderno, a noção é de que existe um “predomínio humano” sobre a natureza, o que seria utilizado para justificar formas de dominação e de superação/domínio do meio. Segundo o historiador Keith Thomas, “o ideal do predomínio humano também repercutia no relacionamento dos homens entre si, não apenas no modo de tratarem o mundo natural”⁶⁷. De certa forma, as relações que se estabeleciam com a natureza iam muito além de um significado unicamente natural.

Os discursos proferidos sobre a região do Cariri visavam uma qualificação que a diferenciasse do sertão deserto, ligado ao atraso⁶⁸. Essa ideia de sertão, entretanto, é carregada por uma variedade de significados que podem mudar de acordo com o tempo e o espaço. Em concordância com as proposições de Tyrone Candido e Frederico Neves, entendemos aqui os sertões como um espaço múltiplo e diversificado⁶⁹. O “oásis”, distinto desse espaço deserto, se apresentava como alternativa. Para fugir do “atraso” e transformar a região num lugar moderno – mesmo que essa concepção ainda estivesse em projeto –, a agricultura, segundo os discursos dos jornais, deveria possuir o monopólio dos usos naturais para esse fim.

Entendemos que o *oásis* não é completamente separado do *sertão*, apesar dos discursos que contrastam essa visão. “Os sertões não são apenas aspectos da diferença, mas a emergência de pluralidades inventivas, instalação de novas comunidades, instituição de alternativas”⁷⁰. Segundo Raymond Williams,

Quando a natureza é separada das atividades humanas, ela deixa mesmo de ser natureza, em qualquer sentido pleno e efetivo. Projetamos então na natureza nossas próprias atividades e consequências não reconhecidas. Ou a natureza é dividida em partes não relacionadas: minas de carvão e matagais; a favor ou contra o vento. A divisão real talvez esteja nos próprios homens: vendo e vendo-se como produtores e consumidores.⁷¹

⁶⁷ THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural: mudanças de atitudes em relação às plantas e aos animais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 56.

⁶⁸ MENDES, 2017, p. 151.

⁶⁹ CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes; NEVES, Frederico de Castro (orgs.). **Capítulos de História Social dos Sertões**. Fortaleza: Plebeu Gabinete de Leitura Editorial, 2017.

⁷⁰ Idem, p. 9.

⁷¹ WILLIAMS, Raymond. **Cultura e materialismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2011, p. 108-109.

A utilização da natureza como uma forma de distinção tentava, assim, diferenciar o Cariri dos sertões vizinhos e também, criar divisões dentro da própria região. Nossa hipótese é a de que foi construída duas imagens distintas do meio natural nesse período: uma que tentava submeter os ditos “privilégios naturais” exclusivamente para as plantações e outra, mais afastada e excluída, para os animais. Nosso intuito é o de analisar, assim, como os debates e políticas em torno dessa divisão do território, a partir da presença dos animais. De acordo com a perspectiva, podemos chegar a várias visões diferentes, mas temos o objetivo de entender a centralidade dos animais nesse processo.

As relações entre homens e animais são diferentes, de acordo com os lugares, tempos e culturas. No Cariri cearense, assim como estava em voga no Brasil Oitocentista, os animais de criação estavam ligados com a questão da propriedade. O próprio conceito *criação* que lhes foram atribuídos está articulado com a noção de posse. As colunas dos jornais, os códigos de posturas, os inventários, expressam relações, nas quais os animais deixam de fazer parte de um cenário para integrar, junto com os outros atores, a teatralização desse cotidiano regional.

Muitas ideias divulgadas no jornal eram incentivadas em conjunturas bem maiores, como foi a influência de vários outros lugares do império. Uma das pautas defendidas pelas elites liberais, no periódico, ligadas as grandes lavouras e ao comércio foi a garantia da propriedade privada e a prevenção de possíveis prejuízos que pudessem ser causados. Em 02 de agosto de 1856, se noticiou a seguinte coluna:

Nas grandes províncias agrícolas vemos que a criação de gados está confinada para os sertões, e que os que acham interesse em criar algumas rezes nos terrenos aráveis o fazem em grande cercados ou valas, em que dependem avultadas comas. A cerca ou vala do criador de ali corre por conta de quem cria; entre nós, porém, quer-se o contrário; o plantador é quem deve cercar sua lavra, o criador poderá ter seus gados dispersos pelos campos. Isto é querer um produtor que o estranho concorra com a maior porção de um trabalho, que sobre ele só deve pesar. Ou o lugar é de criar, ou de plantar: se se convém que é de plantar, como irremissivelmente se há de conceder ao Cariri, não deve o lavrador cercar suas [terras], ou vê-lo fazer a custa de quem o puder prejudicar.⁷²

Segundo a coluna, “o lugar ou é de criar, ou de plantar”. Um dos problemas que envolvem os conflitos fundiários, assim, é o da presença da cerca. Na contracorrente, os animais eram marcados a ferro em brasa com os símbolos de seus proprietários, visto que

⁷² Jornal *O Araripe*, 02/08/1856, f. 2.

eram criados soltos e deveriam ser identificados. Quem deveria ser responsabilizado pela manutenção destas, assim, era quem fosse potencialmente culpado por causar os prejuízos nas culturas econômicas. Qual seria a sua utilidade? Proteger os roçados dos animais invasores ou não deixar os gados dispersos? A resposta varia de acordo com quem tenta responder. A pergunta, todavia, manifesta um jogo de conflitos que, na segunda metade do século XIX, foram correntes. Os sentidos dados aos animais pelo jornal nesse caso são de que existe um caráter danoso, que representa o prejuízo agrícola, e que, de certa forma, seria responsável por atrapalhar a corrida civilizatória proposta pelos seus editores. Mas, se olharmos em outra perspectiva, a invasão dos animais poderia ser culpa dos donos dos roçados, que não consertavam suas cercas como deveriam, se existissem.

Fora dos discursos dos jornais, aconteciam vários conflitos na prática, que influenciavam na vida das pessoas de forma prática. Senhores, criadores, adestradores, agricultores e escravizados poderiam ver o rumo de suas vidas mudarem drasticamente nesses acontecimentos. A morte e o roubo de animais, assim considerados enquanto crimes contra a propriedade, eram influenciados por discursos e práticas que criavam valores para a divisão do Cariri.

As plantas, sob a tutela da agricultura, e o boi, na perspectiva da criação, eram postos em conflito na medida em que se tentava dividir espacialmente e discursivamente a região. Segundo a historiadora Denise de Meneses Dantas, o jornal *O Araripe* foi muito bem utilizado na representação dos interesses de uma elite liberal ligada a lavoura. Para os senhores, na medida em que se publicavam diversas colunas, o caminho para o “progresso” e o “enriquecimento” encontrava uma série de empecilhos: o gado, as “técnicas rudimentares” e a “falta de braços”⁷³. Essa noção de progresso, entretanto, não servia para todas as pessoas, mas sim para os poucos sujeitos que se poderiam enriquecer com a agricultura.

Entre as classes senhoriais – bastante heterogêneas entre si – se discutia uma delimitação do território como modo de aperfeiçoamento das culturas econômicas, em que a agricultura se sobressaía enquanto atividade principal. Em suas colunas, o jornal parte em defesa das plantações – principalmente do algodão. Para isso, se deveriam afastar os animais das regiões regadias. Darlan Reis Junior, em sua tese de doutorado, destaca que essa classe “detinha as melhores terras, expandia seu patrimônio e conseguia diversificar suas atividades econômicas”, e que “procuravam distribuir suas posses de

⁷³ DANTAS, 2018, p. 132-135.

terras em diferentes localidades”. Entre eles existiam os donos de lavouras, uma pequena parcela de proprietários de engenhos e também existiam “senhores criavam gados em terras no Piauí, faziam o transporte do gado para o Cariri e vice versa”. Na sua análise, os senhores detinham várias propriedades na região e em províncias vizinhas, como maneira de aumentar ainda mais a sua riqueza e influência ⁷⁴.

A coluna intitulada “A pedido” era utilizada como forma de publicar os textos dos leitores do jornal *O Araripe*, em que o espaço era destinado para “textos de ensinamento moralístico, poesias e até mesmo troca de desafetos políticos e pessoais entre os leitores”⁷⁵. O anonimato era uma ferramenta bastante utilizada nos jornais, por conta do medo das represálias políticas, em que o próprio João Brígido, supostamente fazia críticas utilizando diversos pseudônimos ⁷⁶. Em um desses casos, o periódico publica um texto assinado por “P”, no qual tecia uma crítica em como os gados eram tidos enquanto um obstáculo e, além disso, cobrava das autoridades providências para a resolução do problema.

A PEDIDO.

Cariri (sendo fértil como se reconhece) não tem merecido as simpatias das autoridades locais, mormente as faldas do Araripe ao poente desta cidade, que até o presente tão numerosa população ocupando na agricultura não tem merecido os auspícios das leis municipais, que positivamente vedam a conservação de gados nos terrenos regadios. É com efeitos de risonha esperança semelhante disposição de lei ao diligente lavrador, pois assim julga decepada a origem dos seus atrasos, porém o que sucede?!

Voltar-se noite e dia; a invasão dos gados perdurando; as vertentes espezinhadadas; as lavouras destruídas; a miséria pobre ao pobre; a carestia no mercado... E nem se diga que a pouca energia da administração pública ocasiona tão lamentável desastre!!! ⁷⁷

Nos códigos de posturas estabelecidos para a cidade do Crato, no ano de 1854, ou seja, um ano antes da publicação no jornal, já se delimitava onde a presença do gado poderia ser permitida. No artigo 50, do código, se coloca que “fica proibida a criação de gados soltos sem pastor, ou seja vacuum e cavalari, ou de qualquer espécie miúda em toda esta freguesia do Crato”, mas com “exceção do Riacho dos Carás, e parte do Cariú nele adjacente, sem compreensão todavia das suas cabeceiras, que nascem do Araripe, e que

⁷⁴ REIS JUNIOR, 2014, p. 105.

⁷⁵ ALVES, 2010, 60.

⁷⁶ Idem, p. 59.

⁷⁷ Jornal O ARARIPE, 14/07/1855, f. 3-4.

forem de terras regadias, onde igualmente se não poderá criar”. Que contraviesse a lei seria multado “em 2\$000 réis”. As leis também tinham validade para as povoações das zonas limítrofes das cidades, como “fica também proibida a mesma criação na povoação de Sant’Anna”, “assim como nas fraldas do Araripe, até onde costumam andar as águas da rega”⁷⁸. Também “é extensiva a serra de S. Pedro a proibição”, “devendo os criadores de gados, que moram nas circunvizinhanças, fazer cercas em todas as partes por onde possam subir seus gados para destruírem as plantações”⁷⁹.

Por outro lado, existiam também alguns códigos que protegiam os pastos dos criadores, talvez para não deixar o terreno para a criação tão difícil, como é o caso do artigo 66 das Posturas do Crato, que colocava que “qualquer pessoa que neste município deitar fogo nos pastos alheios sem ordem do proprietário, vaqueiro, ou administrador dos tais pastos, pagará a multa de 20\$000 réis” ou “sofrerá vinte dias de prisão”⁸⁰. A multa é dez vezes maior do que para as contravenções anteriores, o que nos faz pensar as diferenças de classe entre as pessoas da região. Vários trabalhadores eram moradores dos sítios desses senhores, e talvez pudessem ser responsabilizados ou prejudicados por algumas medidas. No Código da vila de Jardim, publicado também em 1854, ditava que “ninguém poderá plantar na povoação de Porteiras e seus arredores sem fazer cerca, principiando do chão com sete palmos de altura”. A multa estabelecida era de 2\$000, além “do prejuízo que causar o animal que entrar”⁸¹.

Em alguns inventários do mesmo ano da promulgação do Código de Posturas do Crato, em 1854, alguns animais são avaliados em valores bem superiores aos das multas. No inventário de Ana Maria Guedes, esposa falecida de Pedro Soares Celestino, e moradora na mesma cidade, alguns animais valiam bastante, por exemplo. A família tinha muitas posses, como itens em ouro e prata, terras, bens e móveis, além de vários animais. Entre eles, “um cavalo castanho de cela” foi avaliado em 100\$000 reis, enquanto “quatro cavalos capados” foram avaliados pelo mesmo valor desse primeiro, com cada um valendo 25\$000. “Uma vaca parida” valia 16\$000, enquanto “dois bois mansos” totalizavam 40\$000. Cada uma das “oito cabras paridas” valiam 1\$000, enquanto um “novilhote”, ou bezerro, foi avaliado pelo mesmo valor⁸². Em outro inventário, como o

⁷⁸ LEAL, Almir; BARBOSA, Ivone Cordeiro (orgs.). **Leis Provinciais: Estado e Cidadania (1835-1861)**. Compilação das Leis Provinciais do Ceará – compreendendo os anos de 1835 a 1861 pelo Dr. José Liberato Barroso. – ed. Fac-similada. Fortaleza: INESP, 2009, Tomo II, f. 444.

⁷⁹ Idem, f. 445.

⁸⁰ Idem, f. 446.

⁸¹ Idem, f. 483-484

⁸² Inventário. Centro de Documentação do Cariri. BR. CDPH. URCA. Caixa 14, pasta 201, 1854, f. 9-11.

de Francisco Pereira dos Santos, também havia sido declarados vários bens, itens em ouro e prata, terras, escravizados e dois animais: um “cavalo russo velho” avaliado em 16\$000 e uma “égua nova” equivalente a mesma quantia⁸³.

Se tentarmos comparar a quantia estabelecida pelas multas e pelos animais nesse período, podemos encarar uma série de problemas para as pessoas que, dificilmente, tinham em sua posse muitos animais. Alguns camponeses tinham uma única vaca, além de um pequeno roçado, no qual deveriam trabalhar e destinar uma parte da produção para o senhor da terra. Para os grandes proprietários, as multas pesavam bem menos em comparação com os trabalhadores pobres.

Os editores do jornal tentavam fundamentar a ideia de que o Cariri teria uma “vocação natural” para a agricultura, de acordo com o historiador Darlan de Oliveira Reis Junior. “A representação da natureza privilegiada em comparação ao entorno era continuamente difundida”, mesmo pelo fato de que “a região não   toda banhada pelas  guas”. Entretanto, “a representação como um o s s reforçava tal percepção”⁸⁴. Apesar da exaltação das características naturais serem ressaltadas como justificativas de propostas de desenvolvimento para a região, certos interesses deveriam ser seguidos. E assim, as atividades agrícolas voltadas para as plantações eram amplamente difundidas.

Um dos elementos que tentava destacar o Cariri enquanto um “o s s” seria, assim, o exercício de atividades que pudessem se aproveitar das potencialidades da região e que, segundo *O Araripe*, seria encabeçada pela agricultura. Para isso, entretanto, o território não poderia mais ser utilizado para atender os interesses pecuaristas. Essa visão já existia, por outro lado, em algumas partes da província do Ceará. A pecuária era cada vez mais ligada a noções relacionadas ao atraso, ao arcaico e ao retrógrado. Alberto Rafael Mendes analisou, em sua dissertação de mestrado, as redes discursivas que visavam definir a pecuária como sendo semi-selvagem. Para ele,

Essas práticas discursivas compuseram o conjunto de elementos, que de certa forma, fabricaram o objeto em questão, na medida em que contribuíram para imprimir à atividade pastoril novos sentidos, novos significados, mormente   aqueles que apontavam para o atraso desta atividade. Desse modo, o mecanismo de criação do gado   solta, prática largamente difundida nos sertões do Brasil, foi denominado rotineiro,

⁸³ Inventário. Centro de Documenta o do Cariri. BR. CDPH. URCA. Caixa 14, pasta 214, 1854, f. 8.

⁸⁴ REIS JUNIOR, 2014, p. 32-33.

fato que nos conduz a emergência de uma nova forma de nomeação dessas práticas.⁸⁵

A criação dos animais em si não era um problema, mas a forma como ela era organizada. Criados à solta, por entre os pastos e matas, eles poderiam se tornar problemáticos na medida em que adentravam os terrenos alheios – o que era considerado enquanto uma “invasão”. Os rumos que os bois tomavam eram plena responsabilidade de seus proprietários, e não da sua própria vontade. Alfred Crosby destaca que “as cercas não visavam a conservar os animais de criação presos do lado de dentro, e sim mantê-los longe, do lado de fora”⁸⁶. Tanto que, por mais que se evocasse um discurso de exaltação do Cariri por ser um lugar fértil e águas em abundância, o estabelecimento das posses desses lugares se tornavam problemáticos na medida em que excluía socialmente as pessoas das classes mais baixas e, também, os animais.

Torna-se compreensível as inúmeras críticas em torno da entrega do gado aos cuidados da natureza e a exposição dos rebanhos às intempéries climáticas. A indisponibilidade das terras, que também representava a diminuição de recursos naturais para o gado, colocava novos problemas ao criatório, impondo-lhe novas necessidades e ressaltando a incompatibilidade do —velho modelo pastoril (que tudo espera da natureza) com as novas condições que se experimentavam na província, especialmente a organização econômica voltada para o mercado externo.⁸⁷

Embora o periódico tentasse criar uma ideia de embate entre agricultores e criadores, as práticas iam pra muito além de uma simples dicotomia. Existiam senhores que atuavam nos dois campos econômicos, assim como existiam brigas entre essas pessoas em razão das suas propriedades. Além disso, envolvidos nos conflitos cotidianos, estavam os trabalhadores submetidos às relações senhoriais. No dia 23 de junho de 1869, dois agricultores brigaram entre si por conta de uma delimitação entre os roçados. As cercas aparecem indiretamente, mas evidenciam que seu sentido não era o de proteger os roçados dos animais invasores, e nem de prender os gados em lugares distantes. A natureza era repartida, delimitada e apropriada como molde de garantir os interesses de cada um. No jornal *A voz da Religião no Cariri*, organizado pelo missionário Padre

⁸⁵ MENDES, 2017, p. 23.

⁸⁶ CROSBY, Alfred. **Imperialismo ecológico: a expansão biológica da Europa, 900-1900**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 194.

⁸⁷ MENDES, 2017, p. 50

Ibiapina, que também publicou fatos sobre a região durante os anos 1868-70, foi noticiado sobre esse acontecimento, em uma coluna intitulada, “É horrível”:

A 23 do corrente deu-se na povoação do Juazeiro o seguinte.
 Raymundo Gabriel tendo um roçado anexo ao de Francisco Joaquim de Lemos, e colhendo seus legumes, que necessariamente passariam por dentro da roça de Lemos, este opôs-se a passagem, e travando-se uma luta, resultou que Lemos desse 3 horríveis facadas sobre o peito esquerdo de Raymundo Gabriel que ficou a expirar.
 Logo algumas pessoas trataram de seguir ao criminoso, que corria a cavalo pelas ruas da povoação, podendo estas apenas tomar o cavalo, e o criminoso sempre conseguiu evadir-se.
 De seguida passarão pela casa do Sr. Manoel [ilegível] d’ Araújo, subdelegado do Juazeiro, que informando-se do facto tão bem sai em seguida do criminoso, e depois de ter corrido um pouco cai morto repentinamente!
 Que fatalidade.
 O Senhor Dourado era um dos agricultores mais abastados d’ali, e um Ótimo amigo, e excelente pai da família!
 O criminoso tem escapado as maiores pesquisas da polícia até hoje! ⁸⁸

O tom de luto do jornal parece ser evidenciado pelo caráter “abastado” de Raymundo Gabriel. Não que em outros casos ao modo perverso do crime não fosse destacado, mas isso parece um fator importante. Além disso, a forma como Francisco Joaquim de Lemos é tratada pelo jornal, justamente pelo destaque nas riquezas do assassinado, não parece ser um envolvimento entre dois senhores.

Durante a segunda metade do século XIX, existiam diversos relatos sobre roubos dos animais de criação, presentes nas partes rurais e urbanas de vilas e cidades do Cariri cearense. Dentre estes, eram noticiados e propagados os casos de roubos de cavalos e bois, em sua grande maioria. Com a seca de 1877, esses casos aumentaram consideravelmente, por conta dos impactos que assolaram os sertões circunvizinhos.

Em vinte e sete de março de 1878, João Duarte Pinheiro foi preso em flagrante por ter roubado e matado um boi. Mas esse não era um animal qualquer. Ele era uma propriedade de José Esmeraldo da Silva. Além de o ato não ter sido consentido e, com isso, ter dado razão ao enquadro do artigo 266 do Código Criminal de 1830, que trata sobre o crime de roubo, João Duarte não foi processado por dois crimes, apenas pelo referente ao dano de propriedade. Na queixa, em que se inaugura o início de cada processo criminal, se colocava que

⁸⁸ Jornal *A Voz da Religião no Cariri*, 27/06/1869, f. 2-3.

Aos vinte e sete dias do mês de Março do ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oito centos e setenta e oito [...] em meu cartório compareceu o Alferes Francisco Ferreira de Mello, Subdelegado, de Polícia, e ordenou a mim escrivão que lavrasse um auto de prisão em flagrante, contra, João Duarte Pinheiro e por ter sido encontrado matando um Boi nos campos de criar, pertencente a José Esmeraldo da Silva sem o consenso do, mesmo, segundo afirmam os condutores Jose de Souza Lima, e Joaquim de Alexandre Ferreira Bentivy que trouxeram, o preso, a minha presença e para, constar, lavro este, auto, do que dou fé. Eu Aristides Ferreira de Menezes escrivão interino escrevi.⁸⁹

Um dos pontos interessantes do processo é o destaque para os “campos de criar”. Apesar de existir uma discussão, pelo menos nos jornais, sobre o afastamento dos bois por conta dos prejuízos causados às plantações, é interessante perceber a existência de lugares destinados exclusivamente para a criação. Em seu testemunho, José Souza de Lima, com vinte e sete anos na época do processo, relata que estava nesses campos, no distrito de São José, na vila do Juazeiro, quando encontrou um rastro de sangue, deixado como vestígio pela morte de um boi. Nesse caso, a testemunha não terceiriza a sua visão, ele estava lá. Ao seguir o rastro, encontrou João Duarte e Pedro Quininho, o seu comparsa, com toda a carne do boi. Junto com Joaquim Alexandre, José de Souza conseguiu capturar as duas responsáveis pela morte do boi, mas Pedro conseguiu fugir. Ele ainda destaca sobre o histórico de crimes do fugitivo, que já havia roubado dois cavalos de Antonio de Mello e outro de Bento Ferreira Nobre⁹⁰. Antonio Alexandre Ferreira, outra testemunha, que também morava em São José, disse ter ouvido falar do crime cometido pela dupla. O que ele quis ressaltar em seu depoimento, na verdade, foi que ele também ouviu falar sobre o costume corrente dos acusados praticarem esses crimes, mas que isso só acontecer por conta dos problemas da seca⁹¹.

Portanto, as divisões do Cariri como espaços destinados para a plantação ou para a criação iam bem além das disputas econômicas sugeridas pelos senhores no jornal *O Araripe*. Ali também se inseriam as tentativas de proteção e delimitação do território, os conflitos sociais e questões de sobrevivência. Figueiredo Filho destaca que

Zona nitidamente agrícola, o Cariri teve também de delimitar os trechos de agricultura e de criação, fonte perene de lutas entre proprietários, resolvidas em partes pelos delegados, prefeitos antigos e quando de maior vulto pela justiça. A própria serra do Araripe envolvida pela

⁸⁹ Processo criminal. Centro de Documentação do Cariri – CEDOCC. Dano. Caixa 01. Pasta 05. 1878, f. 4.

⁹⁰ Idem, f. 5-5v.

⁹¹ Idem, f. 10v-11.

mesma divisão, pois tornou-se campo vasto de criação de bovinos, a par de imensos roçados de mandioca e abacaxis”.⁹²

As divisões eram concretas e os espaços deveriam ser divididos. Em 20 de agosto de 1855, a Câmara Municipal do Crato, ordenou “a seu Fiscal Joaquim Tavares Arcoverde, que observe restritamente as disposições do Art. 60 da resolução n. 640” do ano anterior, advertindo sobre a “linha divisora entre a agricultura e a criação”. Essa divisão era demarcada “da ponta de cima da serra do Urucu seguindo por baixo dos sítios Rosário e Trindade, e deste pela estrada até o Correntinho e dali por diante como é disposto pelo referido Art.”⁹³. Diante dessas disputas, os representantes dos senhores que defendiam o Cariri para a agricultura utilizavam dos jornais para condenarem a criação como “impossível num país naturalmente agrícola, e onde não se dão certos meios de poder fazer justamente existir criação e agricultura”⁹⁴. Mesmo com a delimitação espacial dos territórios destinados para a criação e a plantação, ainda haviam contestações. Em representação publicada no jornal *O Araripe* e assinada por O Padre Joaquim Ferreira Limaverde, Vicente Amancio de Lima e José do Monte Furtado, “A Comissão dos Agricultores” sintetizava o desejo senhorial.

Senhores a retirada dos gados que apascentam nas faldas do Araripe é uma das necessidades mais culminantes desta terra e que mais demanda dos poderes provinciais um remédio pronto e eficaz, pois é ela a condição necessária do nosso progresso e melhoramento agrícola. É econômico, que, quando um ramo de indústria pode opor entraves senão aniquilar aquele outro que é considerado fonte principal da riqueza pública e que circunstâncias locais recomendam, como mais adequado, desapareça o menos útil, para que exista e vingue a mais importante. É nesta situação, que estamos nós, mais ou menos: e por conseguinte este benefício deve lograr a agricultura do Cariri. A criação deve ceder o lugar a plantação, isto tanto mais porque a criação, sendo removida para lugares mais adaptados, ficam harmonizados os interesses das duas indústrias que se disputam o predomínio do Cariri. Os lucros da criação não indenizam os prejuízos, que sofre a agricultura, e não é a primeira mais própria, que a segunda para fazer a riqueza desta terra. Entretanto é por demais evidente, que a criação de gados não pode ser feita em campos que se semeiam, e que tão pouco se poderá manter a agricultura e criação sobre um mesmo solo, a menos que não se atente contra esta, pois que, não sendo possível conter os gados em certos e determinados círculos, toda vez que seus donos os não tenham debaixo de cercas ou

⁹² FIGUEIREDO FILHO, José de. **História do Cariri** – v. III (capítulos 10-14). Fortaleza: Edições UFC, 2010b, p. 114.

⁹³ Jornal *O Araripe*, 01/09/1855, f. 3.

⁹⁴ Jornal *O Araripe*, 15/12/1855, f. 2.

guardados por pastores, terão eles de consumir em horas o, que o plantador levou meses em trabalhar.

(...)

O Cariri é um país dotado pela natureza aos misteres da agricultura: querer convertê-lo em campo de criar, seria fazer o pior uso das melhores faculdades, que Deus lhe outorgou. E demais não vemos, que gados, que tem por único alimento a seara do pobre lavrador, que desolam, e a água das correntes e levadas, que regam as plantas, e que eles danificam deem tantos lucros!

Não há quem se não tenha compenetrado destas verdades O Cariri é natural e exclusivamente próprio para a agricultura. = A criação nada rende ao país = Não é possível plantar em grande escala e criar gados n'um mesmo solo.⁹⁵

Há como definir uma finalidade para a natureza? Para quem detinha do poder político e econômico, isso era uma possibilidade. Podemos afirmar que, para elaborar uma oposição contra a criação dos bois, por exemplo, era preciso que esses animais não pertencessem ao “oásis”. Dar espaço a eles seria ainda desconsiderar os atributos e privilégios “dados” pelo divino.

Apesar da tentativa em delimitar usos para esse território, nos deparamos com um problema. Na segunda metade do século XIX, a violência do meio rural dava às cercas uma presença quase que constante nos processos criminais. A tentativa não assegurava o êxito. Os conflitos florescia, como examinaremos no próximo tópico.

⁹⁵ Jornal O Araripe, 02/08/1856, f. 2.

3.2 Cercas para definir, animais para contestar

No ano de 1871, Pedro José de Oliveira acordou cedo para retirar umas sanguessugas que ficavam na levada de um brejo, no sítio Lagoa Encantada, lugar em que dividia com várias outras famílias. O agricultor, como se classificou no relato de testemunho do processo, acabou encontrando algo que o fez repensar o motivo que lhe levou a sair de casa naquele dia. Logo ali, ao lado da levada, no pé da cerca que delimitava a divisão do lugar em que morava com o sítio Cabras, Pedro José se deparou com um cavalo morto. A morte parecia ter um culpado humano: o animal estava “amarrado pelo pescoço e pela venta”⁹⁶. Um conhecido seu, o Raimundo, disse para ele que havia presenciado o momento da morte. Segundo ele, o autor teria sido José Munis, morador do sítio Cabras. Dificilmente uma pessoa assumia que havia visto ou presenciado o crime – o testemunho sempre era mediado por alguém que não se fazia presente no processo. No relato de Raimundo José de Oliveira isso se repetiu: segundo ele, quem havia lhe contado foi “um trabalhador de dona Vicencia, cujo nome ignora, e que estava presente”⁹⁷.

O cavalo não apareceu ali do nada, nem foi morto sem motivo. Acredito que a cerca cumpre um papel extremamente simbólico, sendo uma zona de conflito. O animal pertencia a Ismael Samuel da Cunha, que havia contratado Manoel Antonio do Espírito Santo, também morador do sítio Lagoa Encantada, para ser seu adestrador. Na queixa, o processo constata que o cavalo não havia morrido ali pela manhã, quando foi encontrado por Pedro José, mas sim na noite do dia anterior. Segundo o processo, logo na folha de queixa, “tendo o referido cavalo saído do seu cercado, e entrado pela primeira vez no do acusado, foi por este amarrado pela venta e pescoço, e pendurado em uma estaca, resultando poucos momentos depois a sua morte”⁹⁸. Apesar de o crime ter sido cometido nessa zona de conflito, os motivos que levaram José Munis a matar o cavalo não ficam evidentes de acordo com as narrativas do processo criminal. Mesmo assim, ele acabou sendo culpado e condenado pelo crime de dano.

Esse tipo de delito era discriminado no terceiro capítulo do Código Criminal de 1830, no qual era classificado como um “crime contra a propriedade”. Baseado em dois artigos, nos quais enquadravam um sujeito enquanto criminoso no caso de “destruir, ou

⁹⁶ Processo criminal – Dano. Centro de Documentação do Cariri. BR.CDOCC, FHP,C1;DN. Caixa 01, pasta 02, 1871, f. 6v.

⁹⁷ Idem, f. 9v.

⁹⁸ Idem, f. 2f.

danificar uma coisa alheia de qualquer valor” (art. 266) e “se a destruição, ou danificação for de coisas, que servirem a distinguir, e separar os limites dos prédios” (art. 267), as leis estabeleciam para os culpados o pagamento de multa e/ou prisão de até quatro anos, caso houvesse circunstâncias agravantes.

As delimitações das propriedades começaram a se formar desde o processo de colonização da região, que se deu somente no início do século XVIII. José de Figueiredo Filho destaca que “foram os criadores, que atravessaram ínvios sertões em busca de pastagens para o gado e com a ânsia de disseminar a criação, os pioneiros da colonização cearense”⁹⁹. A noção de propriedade vai se consolidar num longo processo, em que os seus limites se transformam. É interessante perceber que, durante a colonização da região, as delimitações das propriedades eram feitas a partir das sesmarias que, em sua maioria, eram voltadas para a exploração a partir da pecuária. “O aumento de solicitação de sesmarias cearense à administração portuguesa foi proporcional à expansão pecuarista e à intensificação do extermínio das populações indígenas”¹⁰⁰. Em sua narrativa, Figueiredo Filho trata os colonizadores como os responsáveis pela sua “experiência civilizadora, com o gado vacum, cavalari e caprino”¹⁰¹. A partir da chegada desses animais é que foram implementadas na região os primeiros engenhos de rapadura, assim como as plantações de cana-de-açúcar. O autor ainda destaca que “foi a expansão da criação de gado e, logo depois, da agricultura, com todas as possibilidades que o solo fértil caririense oferecia ao alienígena, as causas primordiais da colonização sul-cearense”¹⁰².

Antonio Otaviano Vieira Junior destaca que “o açúcar e a pecuária embora disputassem territórios, também se consolidavam como atividades complementares”¹⁰³. Os bois eram utilizados como forma de auxiliar a produção nos engenhos, mas também serviam como alimentos para os moradores dessas regiões. Ao longo do século XIX, essas disputas permaneceram, mas foram regimentadas a partir de diferentes discursos e políticas. Na região intitulada como Cariri, localizada no sul da província do Ceará, a natureza foi utilizada a partir de muitos projetos. O discurso das classes senhoriais, representadas por jornais, relatórios dos presidentes de província e a legislação, visavam

⁹⁹ FIGUEIREDO FILHO, José de. **História do Cariri – volume 1**. Crato: Faculdade de Filosofia do Crato, 1964, p. 18.

¹⁰⁰ VIEIRA JUNIOR, Antonio Otaviano. **Entre paredes e bacamartes: história da família no sertão (1780-1850)**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha; Hucitec, 2004, p. 30.

¹⁰¹ FIGUEIREDO FILHO, 1964, p. 18.

¹⁰² Idem, p. 20.

¹⁰³ VIEIRA JUNIOR, 2004, p. 25.

empregar a região para algumas atividades econômicas, onde os bois eram vistos enquanto uma ameaça para o desenvolvimento local. Mas os camponeses, escravizados ou outros trabalhadores, por outro lado, percebiam esses espaços de forma diferenciada. Os interesses dessas camadas não eram homogêneos e, mesmo entre os senhores, havia disputas.

No mês de maio de 1872, outro crime envolvendo um animal aconteceu. Dessa vez, a morte chegou cedo para um boi. Nesse processo criminal, a questão da cerca se torna bem mais latente do que no caso anterior: a zona de conflito se transforma no problema que acarretou o acontecimento, apesar dos embates entre os envolvidos no processo terem se dado um pouco antes. No testemunho de Lourenço Alves Pereira Camará, senhor de quarenta e sete anos, agricultor e morador do sítio Pão-Secco, ele declarou que poucos dias antes do crime, Francisco Cardoso Moreno falou sobre o boi morto que “por estar estragando os legumes das roças pretendia matá-lo”¹⁰⁴. O narrado na folha de queixa foi que

Tendo casualmente entrado em um dos dias do mês de maio próximo findos um boi manco do queixoso nos roçados do querelado, cuja cerca nenhuma segurança oferece, minutos depois fora encontrado próximo aos mesmos roçados com uma grande facada, de que morreu no mesmo dia, verificando-se pelos vestígios deixados que esse fato tivera lugar dentro daqueles roçados.¹⁰⁵

Mas, aparentemente, esse não teria sido o único crime cometido por Francisco Cardoso Moreno. Antonio Pedro do Amarante, disse no seu depoimento que Francisco Cardoso já havia matado uma porca dele, em outra ocasião. Segundo ele, “sabe não ter o roçado do réu cerca alguma, e que tem por costume maltratar os animais alheios”¹⁰⁶. O relato sobre a ausência ou a deficiência das cercas nos roçados do réu é constante com várias outras testemunhas. Isso parecia justificar o fato de o boi ter invadido as suas terras, mas não o da tentativa de proteger sua pequena lavoura.

O animal em questão pertencia ao capitão José Geraldo de Carvalho, e nesse ponto, o processo nos traz vários outros sujeitos que não falam diretamente nos relatos das testemunhas. Um desses casos ocorre no testemunho de Bernardo de Salles Coitinho, agricultor de 35 anos e morador do sítio Cobras. Na sua visão do ocorrido, ele teria saído de sua casa para tirar uns cipós e, no meio do caminho, encontrou com um escravo do

¹⁰⁴ Processo criminal – Dano. Centro de Documentação do Cariri. BR.CDOCC, FHP, C1;DN. Caixa 01, pasta 11, 1873, f. 10.

¹⁰⁵ Idem, f. 2.

¹⁰⁶ Idem, f. 11v.

capitão. Em seu relato, o cativo não tem nome, não tem idade e não tem voz. Mas a narrativa construída no processo lhe dá uma importância significativa para a centralidade de acusação do crime: ele estaria “tangendo um boi”, “dizendo que dito boi estava com uma facada”, o que fez com que Bernardo se dispusesse a verificar os ferimentos do animal, assim como seguir “contra rastros até ao pé das roças do réu, onde viu o lugar em que o escravo encontrara o boi deitado”. Os rastros do animal não foram as únicas pistas do crime, de acordo com seu testemunho, mas também a presença de “um varão seu [de] cinco cabelos pegados”. Além disso, ele teria ouvido falar que o ferimento no boi não teria sido causado por Francisco Cardoso Moreno “e nem gente sua”, mas sim “os meninos do réu havia acertado fora das roças”¹⁰⁷.

As fontes, no entanto, não são capazes por si só de estabelecer um retrato fiel da realidade em sua totalidade. Segundo Roland Barthes, “essas unidades do conteúdo representam aquilo de que fala a história; como significados, não são nem o referente puro nem o discurso completo”¹⁰⁸. No desenrolar desta pesquisa histórica, nos é interessante, então, a busca do entendimento desses significados, de acordo com as diferentes vozes que enunciam e dialogam entre si.

Esses documentos são construídos a partir de determinadas posições sociais, legitimadas de acordo com *quem* fala, *de onde* fala e *para quem* fala. Nosso exercício é de encarar as narrativas como historicamente localizadas, em diferentes zonas de conflito e com finalidades que são destoantes. Para Regine Robin, “a narrativa do acontecimento não são as falas dos atores, mas a narrativa do sentido de suas falas”¹⁰⁹. A região do Cariri, enquanto território em disputa foi, de acordo com as fontes, concebido em diversos sentidos. As múltiplas maneiras de projetar o território nos levam a pensar em uma divisão favorável à lavoura, na qual excluía a criação dos animais.

Os processos criminais são uma fonte interessante para pensar o cotidiano. De acordo com Ironita Machado, a leitura desse tipo de documento “é instigante [...] pela memória caótica e pela diversidade de possibilidades interpretativas por eles materializadas”¹¹⁰. Eles não foram produzidos, entretanto, com o intuito de nós, historiadores, o utilizarmos como objeto de análise. Eles seguiam um molde oficial, estatal, instituído legal e judicialmente. Sua intenção era a de classificar os sujeitos

¹⁰⁷ Idem, f. 13.

¹⁰⁸ BARTHES, p. 170.

¹⁰⁹ ROBIN, Regine. **A memória saturada**. Campinas: Unicamp, 2016, p. 292.

¹¹⁰ MACHADO, Ironita P. História e direito: possibilidades metodológicas. In: **História: Debates e Tendências**, v. 11, n. 1, jan./jun. 2011, p. 82.

envolvidos enquanto culpados ou inocentes (assim como réu, vítima ou testemunha) dos crimes descritos pelo Código Criminal de 1830.

Os caminhos tomados no desenrolar dos processos, produzidos na segunda metade do século XIX no Cariri, dependiam também do poder de influência das pessoas presentes ou não naquele determinado contexto. Baseados em uma forma, a escrita dessas narrativas seguia um “molde”, usado como base em vários crimes diferentes: a folha de queixa, o sumário de culpa, o rol das testemunhas, os exames de sanidade e os vereditos dos juízes. Dependendo do processo criminal, essa estrutura poderia se modificar um pouco, na omissão de algumas partes ou o recorte de outras.

Existiam diferenças latentes de classe e de poder. Em alguns casos, parece haver um tratamento diferente para quem tem amizades com os senhores, por exemplo, e as pessoas de classes mais baixas parecem ter processos mais curtos e com um veredito de culpa sendo aplicado de forma mais rápida. Assim, nos interessa o que está sendo dito e também o que acaba sendo colocado nas entrelinhas, de forma discreta e não tão aparente.

Para Francisco Linhares Fonteles Neto, “na investigação das fontes é importante perceber o dito e o não dito pelos documentos [...] o essencial é visualizar que, por trás deste tratamento existia, na verdade, muito mais que um simples caráter punitivo/correcional”¹¹¹. Sendo assim, para além do crime, nossa perspectiva é a de tentar interpretar as narrativas construídas sob o prisma dos sentidos dados ao meio natural. Isso não quer dizer que os crimes cometidos eram intencionalmente cometidos contra os animais. Existem fatores que vão muito além, mas, de certo modo, os animais estavam envolvidos.

O processo de cercamento, tão latente em vários lugares do mundo, envolvia questões relacionadas a disputas de terra, de propriedade, de trabalho, da criminalização de determinados grupos sociais e da apropriação da natureza. As fontes não apontam diretamente para esses fatores sociais, mas eles ficam subentendidos nos seus contextos e narrativas. Thomson afirmava que “todo significado é um significado dentro de um contexto”¹¹². Para entender esses sentidos, portanto, os crimes ganham uma importância na medida em que se chocam a norma e a sua subversão.

¹¹¹ FONTELES NETO, Francisco Linhares. A violência nos registros policiais: uma perspectiva histórica. In: **Documentos Revista do Arquivo Público do Ceará**. Fortaleza, v.1, n. 4, 2005. p. 80.

¹¹² THOMPSON, Edward Palmer. **Peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2012, p. 243.

Os dois processos citados são interessantes na medida em que põe em discussão o sentido das cercas nesse contexto, que vão muito além dos discursos publicado pelo jornal *O Araripe*. Nele, um dos sentidos das cercas é o da divisão do território. Desse modo, a importância da construção e manutenção das cercas batia de frente com as dificuldades. Um dos desafios impostos pelas classes senhoriais era a falta das madeiras, trazidos de um passado recente.

Mas como plantar-se no Cariri debaixo de cercas?

Nossas madeiras já são bastantes raras, e todos sabem, que após o vandalismo de nossos agricultores primitivos, nossas matas ficaram devastadas. Hoje as madeiras, que nos restam, são insuficientes para os misteres da construção e dos engenhos e cem vezes inferior em número a quantidade, que se exigiria para cercar em tão vasta periferia de terrenos lavráveis, que existem no Cariri. E não seria uma imprudência, que para se puder criar no Cariri, se desse cabo do resto das matas, que nos ficaram expondo assim os campos ao ardor violento do sol, exaurindo-os de sua força vegetante e privando desse corretivo a atmosfera. Uma grande mata vale mais que cem rebanhos. Ninguém contestará que com isto mais perderíamos. Estas cercas precisariam de amudados serviços e seriam reformadas anualmente, atenta a má qualidade de nossas madeiras para resistir a ação putrificadora de um solo pantanoso: aconteceria, pois, que, a proporção, que se fosse assim devastando as matas, poucas, que nos restam, os produtos agrícolas iriam encarecendo. Encarecer os cereais no Cariri, aumentando a despesa do produto, é atentar contra sua numerosa população, geralmente pobre.¹¹³

As práticas agrícolas anteriores, associadas aos “agricultores primitivos”, eram usadas como exemplo para justificar a escassez e “devastação” das matas. Mesmo assim, o que parecia uma defesa das matas, era apropriado como esQUIVA dos grandes proprietários da responsabilidade de cercar seus terrenos contra o avanço dos bois. Como já levantado por Alberto Rafael Mendes, a pecuária era vista tendo como base uma “crítica da manutenção dos mesmos padrões técnicos herdados do passado colonial, que a aproximavam muito mais do pastoreio”¹¹⁴. A “vocaçãO natural” para a agricultura enfrentava dois obstáculos que ameaçavam o seu desenvolvimento: os animais e o seu próprio passado. No jornal *O Araripe*, os bois foram até associados aos gafanhotos, numa referência as rápidas destruições das colheitas. A preocupação desses senhores não era

¹¹³ Jornal O Araripe, 02/08/1856, f. 2-3

¹¹⁴ MENDES, 2017, p. 74.

com o melhoramento da técnica ou aperfeiçoamento dos modos de criar, mas o seu insistente afastamento.

A natureza tomava uma forma que a incompatibilizava da presença animal. As terras férteis e fontes voltadas para a agricultura era suficiente. O “oásis” se voltaria para o enriquecimento dos grandes proprietários. O “abrigo” dado às regiões circunvizinhas não poderiam abrigar animais responsáveis pela destruição do sonho senhorial.

É evidente que a criação de gados não pode existir de envolta com a rotação dos campos, e não é possível manter-se a ambas a menos, que não se atente contra a segunda, e não se pretenda proscrever os trabalhos agrícolas, pois que não sendo possível conter os gados em certos e determinados círculos toda vez que seus donos os não tenham em cercados próprios, tem eles de levar a destruição aos campos, e mais prestes que os gafanhotos da Arabia reduzir a destroços as plantas mais lucrativas, os cereais mais indispensáveis ao homem. Por conseguinte, sendo os trabalhos agrícolas aquele dos dons, que mais nos importa, e o mais consentâneo com a natureza do país, as nossas municipalidades não devem hesitar em sacrificar-lhe a criação, se é sacrifício arrear para os sertões a pequena distância gados que enlanguescem na humanidade de nossos brejos, que não procriam e que estão fora de seu elemento de vida, aquelas salubres e vigorosas pastagens das campinas, aquele no seco e eminentemente robustecedor dos nossos sertões.¹¹⁵

Com base na noção de justiça e direito, se colocava em xeque a necessidade dos sujeitos passíveis de terem prejuízos. A cerca era política na medida que se tornava objeto de disputa para não apenas delimitar as fronteiras das propriedades, mas também para demarcar uma postura contra ou a favor da criação.

O agricultor, se devesse cercar suas geiras, deveria o fazer à custa de quem o pudesse prejudicar. Não será isto mais consentâneo com os princípios de justiça? Aquele que por algum modo pode dar origem ao dano de seu vizinho, é que se deve premunir de cautelas. Não obstante razão tão poderosa, utilidades tão visíveis, uma dessas leis, que não tem o cunho da experiência, e que se afastam do axioma de Levis: A lei é a justiça escrita; lei antieconômica, parcial e absurda, longe de impor ao criador a condição de cercar seus gados, impõe ao lavrador a de cercar seu sítio! Se estivéssemos no sertão diríamos que isto assim deveria ser, mas no brejo, não o podemos tolerar. Semelhante disposição ataca mui diretamente o direito de propriedade, e parece excluir o princípio de direito, que nos dá a ação sobre o que nos danifica. Quando a lavoura pudesse locomover-se e prejudicar a criação, diríamos que o lavrador a devia ter debaixo de cerca; mas quando só o contrário é possível dar-se,

¹¹⁵ Jornal O Araripe, 01/09/1855, f. 3.

não tememos que alguém nos conteste, que é ao criador que toca essa dispendiosa cautela.”¹¹⁶

Apesar das provocações sobre a justiça, os membros da classe senhorial que gozavam do privilégio das publicações nos jornais não compunham o rol da classe mais atingida nas disputas judiciais. Os crimes discutidos no início deste tópico nos trazem um pouco disso. Não era suficiente atacar somente a criação dos gados, mas também os hábitos da população mais pobre. Mesmo assim, na tentativa de sensibilizar em busca de apoio político, os discursos vinham carregados de defesas aos pequenos lavradores, que também sofreriam as consequências com as frequentes destruições. O problema entre os usos do território persistiu até o século seguinte, mas com uma nova faceta. Anos mais tarde, a devastação das florestas continuava, segundo Johnnys Alencar e Lina Aras, “mas dessa vez associada e tratada como crime, noção que passou a fazer parte de toda a discussão, ocorrida no Crato de 1919, em torno dessa temática”¹¹⁷.

Apesar dos discursos apresentados neste capítulo procuraram estigmatizar os animais de criação nas disputas pelo território, no mesmo veículo eram feitas representações que contradiziam com as colunas publicadas. No espaço da última página, eram feitos anúncios diversos, que traziam outros sentidos para esses animais, o que discutiremos no capítulo a seguir.

¹¹⁶ Jornal O Araripe, 01/09/1855, f. 3.

¹¹⁷ ALENCAR, Johnnys; ARAS, Lina Maria Brandão de. “A ação destruidora do fogo e do machado”: propriedade, crime e natureza na Serra do Araripe, Cariri cearense, no início do século XX. In: **SERTÃO HISTÓRIA** - Revista Eletrônica do Núcleo de Estudos em História Social e Ambiente - NEHSA, v.1., n.1., jan.-jun., 2022, p. 89-90.

4 REPRESENTAÇÕES ANIMAIS

“O mundo das imagens é um enorme campo de batalha subterrâneo” (Georges Didi-Huberman)

O jornal *O Araripe* não teria durado nove anos se dependesse somente do financiamento das classes senhoriais que defendiam o afastamento dos gados. Suas edições também imprimiam diversos anúncios publicados, principalmente, para fins econômicos, incluindo as constantes fugas dos escravizados. Muito do que se ilustra e representa dos animais nos jornais tenta, ao contrário das suas primeiras folhas, elaborar um discurso para a sua valorização. Afinal, isso poderia render um bom negócio.

Para além das descrições detalhadas sobre os animais, também eram impressos desenhos dos animais e imagens de suas marcas de ferro – que marcavam a sua condição de posse. Mas como seria possível representar o animal? De que maneira expressar sua individualidade? Afinal, como ter certeza de que aquele seria “o” boi ou “a” vaca expressa no anúncio? Como fazer isso através das páginas de um jornal? Os anúncios são um vestígio de uma diversidade que não se encerra no fim das folhas do periódico. Eles circulam e são apropriados com outros sentidos. O objetivo deste capítulo é analisar as múltiplas representações desses anúncios para entender o amplo leque de relações entre sociedade e natureza.

4.1 ANUNCIADOS: REPRESENTAÇÕES DOS ANIMAIS NAS PÁGINAS DOS JORNAIS

PEDRO, cabra escuro, tirando a preto, com pouca barba, estatura mediana, alguma cousa espadaúdo, tendo falta de dentes na frente, grossura regular, olhos alguma cousa vermelhos, nariz um tanto chato, boca regular, pés curtos e largos, cabelos acarapinhados; fugiu em dias de julho deste ano, montado em um cavalo de sela, ruço pedrês, grande e de muito bons andares, cujo cavalo tem o ferro abaixo com um giz em cima: o escravo era fabrica da fazenda denominada Antas distante desta cidade duas léguas e meia, sendo comprado na fazenda Riachão também termo desta cidade, a Manoel da Costa Palmeira, e este a Roque da Costa Alencar, comprando o abaixo assignado o dito escravo a aquele Palmeira: quem capturar dito escravo e arrecadar o cavalo de que acima se trata será generosamente recompensado, pelo abaixo assignado, ou por seu procurador Jozé Pereira de Alencar, morador na serra do Farias, termo da Barbalha da comarca do Crato, que se acha autorizado para fazer as precisas diligências, e pagar satisfatoriamente a quem fizer a apreensão recomendada.

Cidade de Oeiras 8 de 8br.º de 1855.

Manoel Jozé Soares. ¹¹⁸

Era comum a presença desses tipos de anúncios nas páginas dos jornais de meados do século XIX, como foi com o jornal *O Araripe*. Escravizados e animais eram noticiados em grande parte das edições publicadas. Em alguns casos, eles interagem nas mesmas narrativas. O objetivo desse capítulo é problematizar a presença animal nesses anúncios, em suas múltiplas intencionalidades.

Gilberto Freyre, em seu livro sobre a presença escrava nos anúncios de jornais oitocentista, elenca alguns pontos bastante interessantes. Esses tipos de anúncios “só vieram a desaparecer nos fins do século XIX, aos brilhos mais intensos da campanha abolicionista”. Mesmo assim, muitos casos não eram sequer citados, como é o caso dos “negros novos” que “desapareceram, de certa altura em diante para o inglês não ver” ¹¹⁹.

As definições impressas nas páginas dos jornais escancaram uma tentativa de criar um “retrato falado” para os leitores. Os sentidos dessas definições, entretanto, carregam significados que vão além do que está dito. Todavia, é importante assumir que os anúncios são diferentes entre si - em sua composição de autoria, forma e finalidade. Mesmo com as múltiplas diferenças, as características evidenciadas pelos anunciantes se aproximam,

¹¹⁸ Jornal O ARARIPE, 10/11/1855, f. 4.

¹¹⁹ FREYRE, Gilberto. *O escravo nos anúncios dos jornais brasileiros do século XIX*. São Paulo: Global, 2010, p. 95.

nos quais podemos dividir em dois tipos: os voltados para a desclassificação e outros, para a exaltação.

Ernesto, crioulo, com vinte anos de idade, sem sinal de barbas, uma perna torta, que o constitui quase zambeta; fugiu a 24 de Dezembro, conduzindo uma Égua russa pedrês do ferro abaixo, estando a mesma parida e tendo o ferro abaixo. Quem o apreender e o levar a seu Senhor que é o abaixo assignado, ou na cidade do Crato ao Major Simião Telles de Meneses Jurumenha, será generosamente pago de seu trabalho. Sitio de Luanda 5 de Janeiro de 1856.

Joaquim Biserra de Meneses.¹²⁰

É interessante destacar as diferentes formas de como são evocadas as características. Escravizados e os animais de criação são descritos com outros sentidos. Os anúncios dos jornais, de acordo com sua intencionalidade, poderiam ter realces diferentes. Todavia, tinham, de forma geral, o objetivo de captar a atenção dos leitores. Lília Schwarcz nos coloca que “esse tipo de modelo era seguido pelos anúncios de venda, seguros, aluguel ou leilão de escravos, já que neles eram destacadas qualidades e vantagens das ‘peças’, bem como seus preços módicos e facilidades de pagamento”¹²¹. Nos anúncios de fuga, os atributos ressaltados não são tão positivos assim. Com os destaques para “falta de dentes na frente”, “olhos alguma coisa vermelhos”, “uma perna torta”, “quase zambeta” e outros atributos, esses sujeitos eram desclassificados. A relação das classes senhoriais com a publicidade de suas propriedades era também heterogênea. Os animais eram, por outro lado, exaltados por suas capacidades.

Para além de preencher e a paisagem do Cariri, dos contatos e sociabilidades com os humanos, das políticas de controle social e dos debates e discursos, os animais, mais uma vez, se destacam nos correntes anúncios dos jornais da segunda metade do século XIX. No jornal *O Araripe*, uma das fontes dessa pesquisa, os cavalos, bois, garrotes e reses, por exemplo, apareciam constantemente e em diferentes situações: compra ou venda, fuga ou roubo e até mesmo anunciantes na tentativa de encontrar os possíveis donos dos animais encontrados.

Cada anúncio é recheado com diversas informações, referentes a cor da pelagem, o vigor e o peso, as formas de andar e as marcas dos ferros que carimbavam o couro desses animais. Para refletir sobre essas distintas características que tornavam cada

¹²⁰ Jornal O ARARIPE, 12/01/1856, f. 4.

¹²¹ SCHWARCZ, Lília Moritz. **Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 134.

animal único – propriedades únicas –, podemos nos apoiar no texto publicado em 1912 por Gustavo Barroso, com o pseudônimo de João do Norte. Em *Terra de sol*, há várias narrativas sobre a “Natureza e os Costumes do Norte”, em que ele destaca algumas relações existentes naquele contexto histórico.

Como Freyre aponta, o cavalo como um dos principais animais da civilização do açúcar, em que representava o poder senhorial. Por outro lado, sujeitos de outras classes sociais também atribuíam sentidos diferentes e, o que, certamente, não tornava essas relações tão rígidas. Nos anúncios, os cavalos não representavam apenas o prestígio senhorial, mas também um meio de fuga dos escravizados, ou até alvo dos bandos. Segundo Gustavo Barroso, os vaqueiros tinham uma ligação mais próxima com os cavalos, inclusive ensinando-os passos e andaduras, para diversos fins.

O vaqueiro costuma ensinar-lhe andaduras forçadas: um passo trocado e macio, que o não cansa, próprio para viagem – a “estrada baixa”; mais apressado – a “estrada alta”; um outro mais ligeiro – a “meia-marcha”, subindo em velocidade até a “marcha” e ao “equipado”. Os cavalos de campo, próprios para a “pega” do gado, ordinariamente só sabem a “estrada”. Os de viagens e passeios sabem tudo. Nesses passos, o cavaleiro não sente o menor solavanco; o cavalo, porém, cansa muito e pelo abuso vem a sofrer de “sobre canas” e “ovas”, doenças nos ossos das patas. Deixam-lhes as caudas compridas para se abanarem das moscas, muriçocas, mosquitos, varejeiras, mutucas e merunhanhas, umas que o incomodam, outras que o mordem e sugam.¹²²

Em muitos dos anúncios que discutiremos características relacionadas aos domínios de passos, cor da pelagem e também pelas marcas de ferro carimbadas nos couros desses animais. Ainda segundo Barroso,

Conforme a andadura, o cavalo é “estradeiro”, “estradeirão”, “marchador”, “baralhador”, “esquipador”, “galopeiro”, e “corredor”. O cavalo espantado chama-se “passarinheiro”; o manhoso – “mocambeiro”; o que ao “marchar” ergue o colo altivamente – “faceiro”; o que encosta a cabeça ao peito – “encapotado”; o que para, espantado, medroso, sem querer sair do lugar, “acuador”; o que escoucinha, “upeador” e “popeiro”; o que tem uma orelha cortada, “nambi”; o que tem as duas orelhas caídas, ou uma só caída, “cabano”; o que não sabe nenhum passo, “chotão”; o que não tem sinais encobertos, “cacete”; o que tem um pé dianteiro branco, “argel”; o que não tem o menor sinal, “tapado”; o de pelos sedosos, longos, “gadelhudo”; o que anda de lado, picado de esporas, “tranqueador”; o

¹²² BARROSO, Gustavo. *Terra de sol (Natureza e Costumes do Norte)*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2015 [1912], p. 121.

gordo, roliço, - “de rego aberto”; tendo a anca comprida, “anca de porco”.¹²³

As relações entre os vaqueiros e os cavalos, segundo Gustavo Barroso, também tinham outras peculiaridades. Muitos desses elementos são elencados como atributos animais nos anúncios. A noção da idade do animal, seu estado de saúde, o vigor de seu corpo e tantas outras características eram descritas:

Pelos dentes conhecem-lhe a idade; pela cor das orelhas, ainda novo, a cor definitiva que tomará; conforme o pelo e os diversos sinais, quer nas partes encobertas, quer no corpo, dizem saber as suas boas ou más qualidades, se nasceu de noite ou de dia; pelos orifícios internos do nariz calculam o seu fôlego.¹²⁴

Barroso nos coloca que “a sua raça, como a do cachorro, é incerta, é de difícil determinação”¹²⁵. O destaque para esses atributos era um elemento extremamente importante para o anúncio, visto que os anunciantes procuravam formas de identificar seus animais. Os cavalos poderiam ser reconhecidos pelas cores de suas pelagens, que, identificados a partir da combinação de vários nomes:

Ao cavalo baio chamam “melado” e segundo as graduações e variedades, “melado de crinas brancas”, “melado de canos pretos”, “melado caxito”, “melado gemado”, o branco – “ruço pombo”; o branco sujo – “cardão”; tendo rodela escuras ou patacas – “cardão rodado”; sendo pintado – “pedrês”, “cardão pedrês”; com a pele e as ventas róseas – “gaseo”. Há castanho, preto, rosilho, foveiro, foveirão, alazão e alazão-dourado. Quando tem os pés brancos, é “calçado”, “calçado em cruz”; tendo os quatro até o joelho – “arregado”; sendo eles pretos – “canos pretos”; com uma mancha pequena, branca, na testa – “estrela”; estendendo-se a mancha até as ventas – “frente aberta”; com a parte inferior da cara toda branca – “bebe em branco”.¹²⁶

Um outro item amplamente utilizado como demarcação de posse desses animais foi a marca de ferro. Segundo José Aderaldo Ferreira, em certas épocas do ano, conhecidas como “ferra” ou “marcação”, os gados eram marcados, “normalmente depois do inverno, quando os riscos de ‘bicheiras’ têm desaparecido”¹²⁷. Gustavo Barroso coloca

¹²³ BARROSO, 2015, p. 122.

¹²⁴ Ibidem, idem.

¹²⁵ Ibidem, p.120.

¹²⁶ Ibidem, p. 122-123.

¹²⁷ FERREIRA, José Aderaldo de Medeiros. **Tradições ruralistas: marcas de gado, “experiências”, clima e outras histórias**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 199, p. 26.

que “a ‘ferra’ é sempre em junho – fins d’água”¹²⁸. Nesse momento eram aquecidos os ferretes em temperatura mais do que suficiente para carimbar o couro do animal.

Muitos anunciantes encomendavam os typos com o desenho de seus ferros, utilizados na impressão das tipografias dos jornais. Além de todas os atributos relacionados às formas de andar, cor da pelagem, tamanho das crinas, os ferros eram indícios que indicavam a quem pertencia o animal. José Aderaldo Ferreira fez um estudo sobre as marcas de ferro na Paraíba, mas nos traz reflexões necessárias para pensar o nosso objeto de pesquisa. Ele coloca que algumas famílias do Sabugi “conservam suas marcas baseadas nas mesas familiares ou caixões de marcas, em torno dos quais se apõem divisas, que vão formando os Ferretes, distintivos das marcas dos diversos ramos familiares”¹²⁹. E é a partir dessas marcas publicadas nos anúncios dos jornais que podemos analisar a configuração fundiária dos criadores e as suas famílias. Em apenas três anos de publicação, podemos encontrar com uma grande variedade dessas marcas (Figura 01).

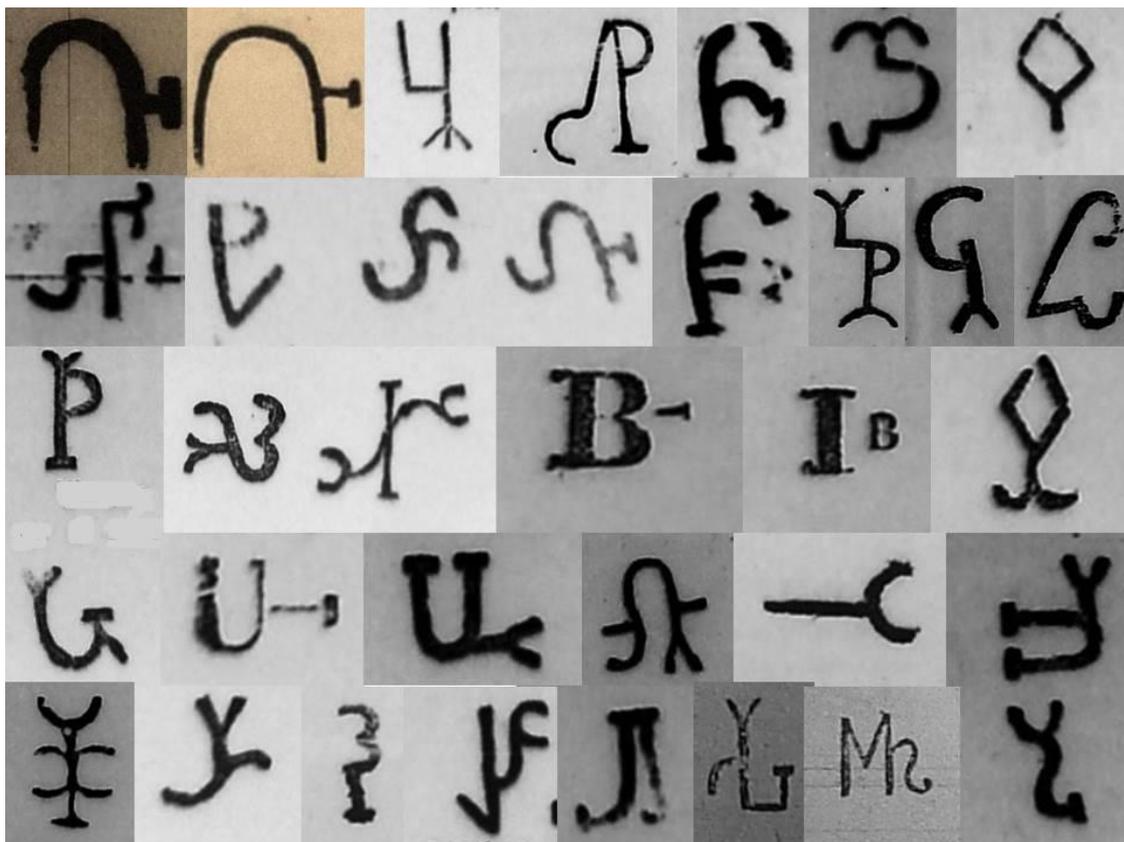


Figura 01 - Marcas de ferro anunciados no jornal O Araripe (1855-1858)

Barroso ainda coloca que

¹²⁸ BARROSO, 2015, p. 206.

¹²⁹ FERREIRA, 1999, p. 22.

Um fazendeiro, tendo muitos filhos, vai presenteando cada um com cabeças de gado nos anos de bom inverno e marca cada rês com seu ferro, pondo uma pequena diferença para cada filho; outros põem um algarismo. Crescidos, os filhos mantêm o ferro paterno com aquela diferença – um martelo, uma fulô, etc. Às vezes, a diferença é diminuta e os vaqueiros costumam a deslindar qual o gado de Fulano e qual o de Sicrano.¹³⁰

Os ferros de marcar tinham, então, um vínculo familiar bem sólido e que, de certo modo, contribuía para a manutenção da propriedade naquele círculo. Valendo-se das características dos animais e do ferro, eles poderiam muito bem ser identificados a partir dos anúncios. Os carimbos feitos com o ferro à brasa entretanto, ficariam no couro dos animais até o fim de seus dias e, de vez em quando, a posse do animal poderia passar para outra pessoa. Como percebeu Barroso, “o primeiro dono de um animal ferra-o na coxa; os que o vão comprando ou adquirindo de qualquer sorte, vão-no ferrando pra cima. O último ferro é o que regula”¹³¹. O autor também coloca que em uma coxa vai a marca do proprietário e, na outra, a da freguesia. Na leitura das fontes, ainda não encontramos o ferro que representasse as freguesias da região do Cariri durante a segunda metade do século XIX. Daniella Lira Paes Nogueira, em sua dissertação de mestrado sobre as marcas de ferro enquanto patrimônio cultural dos sertões paraibanos nos coloca que:

As marcas são capazes de representar a propriedade, não apenas de animais, mas de qualquer bem material que as receba; podem, também, caracterizar a “origem nobre” das famílias, assim como faziam os brasões de armas na tradição europeia medieval e, por fim, são capazes, ainda, de demarcar um espaço territorial próprio, constituído por áreas completamente dissociadas dos limites municipais – as ribeiras remanescentes do período colonial.¹³²

Geralmente, os bois eram marcados com mais frequência que os cavalos. A ferra, ou marcação, era o período do em que os animais eram ferrados pelos vaqueiros. Paes, em seu estudo sobre o patrimônio cultural da Fazenda Acauã, localizada no município de Aparecida, na Paraíba, relata sobre como os animais eram ferrados:

A marcação se inicia com a separação e o confinamento do gado a ser marcado, em um curral pequeno para facilitar a captura. Um a um, os

¹³⁰ BARROSO, 2015, p. 205.

¹³¹ BARROSO, 2015, p. 203.

¹³² PAES, Daniella Lira Nogueira. **Sob o signo das boiadas: as marcas de ferrar gado que povoam o sertão paraibano**. Dissertação (Mestrado) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, 2012, p. 13.

animais são laçados pelo vaqueiro, que, experiente, joga a corda ao ar, rodopiando em uma trajetória certa, desenhada para enlaçar a rês. Nesse momento, mais dois personagens entram em cena para imobilizar o animal laçado, que já se encontra no chão. Colocam os dedos em suas narinas, puxam seu rabo por entre as pernas, quebram, enfim, todas as suas forças, obrigando-o a assistir resignadamente sua própria marcação.

Fora do curral, outro vaqueiro cuida da fogueira, que deixa em brasa os ferros, passando-os ao responsável pela feitura da marca, aquele mesmo que outrora laçou a rês. Preciso, como se mirasse um alvo, o vaqueiro assenta o ferro no couro do animal, que chia reclamando da queimadura, desenhando, assim, uma cicatriz que passará a fazer parte daquele corpo, como se nele tivesse nascido. A fumaça se espalha junto ao cheiro de couro queimado e aos berros da rês que inutilmente tenta se soltar.

Após a primeira marcação, os demais componentes do rebanho amontoam-se em um dos cantos do curral, buscando uma saída, mas a porteira está fechada e nada mais lhes resta a não ser a tentativa de enganar o laço do vaqueiro, para retardar por alguns instantes a queimadura produzida pelo ferro em brasa.

(...)

O vaqueiro deve ser preciso com o manuseio do ferro, para que a marca saia corretamente, sem borrões, caso contrário, assim permanecerá. E, para finalizar, contribuindo para que haja uma boa cicatrização, costuma passar na queimadura estrume fresco ou graxa, evitando que a mosca varejeira ponha suas larvas na ferida causada pelo ferro em brasa, criando bicheira.¹³³

Esses animais eram ferrados porque, muitas vezes, eles eram criados soltos. Daí a necessidade de identificar por meio de marcas – sejam as de ferro nos couros, ou com cortes nas orelhas. O simbolismo da marca era voltado para o estabelecimento e demarcação da noção de propriedade nesses animais. Eles não eram apenas seres vivos e naturais, mas também objetos de disputas humanas.

Mesmo com os ferros de marcar, os anúncios dos jornais – *O Araripe* (1855-1864) – evidenciavam outras características dos animais. Para os gados, as características evocadas são diferentes das utilizados para os cavalos. Um elemento de comum destaque é a coloração da pelagem. Segundo Gustavo Barroso, o boi

Geralmente é “liso”, de uma cor, sem manchas; a cor mais comum é o amarelo – “liso-fino” e “liso-amarelo”, ou mais escuro – “liso-vermelho”. O todo esbranquiçado é “alvação”; o branco – “fubá” o preto – “fusco”; o cheio de manchas – “bargado”; o pintado –

¹³³ PAES, 2012, p. 25-26.

“cirigado”; o cinzento sujo – “azul” ou “azulão”; o pardo – “castanho”.¹³⁴

Os chifres, assim como a ausência deles, também eram marca de destaque:

Tendo os chifres abertos é “espaço”; um chifre torto – “carombó”; curvos para baixo – “cumbuco”; muitos curvos para dentro quase se tocando, - “redondo”. Se o feitio dos cornos da rês é estrambótico, descomum, chamam-lhe “espanhola”. Os chifres chamam-se “armação”; o rabo – “sedenho”, “tapiti”, “bassoura” e “saia”.¹³⁵

Apesar das várias características utilizadas, esses animais poderiam receber diversos nomes ao longo da vida, de acordo com suas condições. “Gado” estava atrelado aos bois, mas esse nome poderia ser modificado em diversas variações. Gustavo Barroso destaca que

Quando nasce, é bezerro, ao romperem os chifres – garrote; depois, se for castrado: boiote, boi de ano, boi; se o não for: novilhote, novilho, touro. Castrado já novilho, é, “chamurro”; criado a solta, sem jamais ter vindo ao curral, bravio, selvagem – “barbatão”. Gordo, está com o “cabelo fino” ou “de alcatra coberta”; magro, está “de pelo grosso”, “escavado”. Cheio de manchas é “amocambado”; “mocambeiro”, “estradeiro”; bravio – “arisco”; gostando de espiar a casa da fazenda, de rondar indolente pelo pátio – “reboleiro”. Quase sempre chamam ao touro “novilho” e “marroá de cupim”. Sendo aleijado e havendo por isso sido enjeitado pela vaca, em pequeno – “caruara”.¹³⁶

Os anúncios de jornais, principal fonte de pesquisa para as discussões desse capítulo, expressavam, em *O Araripe*, diversos sentidos que se relacionavam diretamente com a questão da propriedade. Discutiremos algumas publicações que, de modo geral, enquadram os animais em quatro diferentes aspectos: na compra e venda; nas tentativas de encontrar os proprietários; nos possíveis casos de fugas ou desaparecimentos; e, por fim, os roubos – que também podiam estar envolvidos com casos do aspecto anterior. Esses animais, entretanto, podem ser encontrados a partir de diferentes discursos e sentidos, além destes. Essa é apenas uma tentativa de agrupar os anúncios conforme sua predominância nas páginas do jornal.

Havia anúncios que evocavam certos “fenômenos”, como em uma publicação de Antonio Ferreira Lima de Sucupira, em 10 de outubro de 1855, que alegava ter “um carneiro de cinco pernas”. O anúncio é uma provocação para quem duvidasse “da

¹³⁴ BARROSO, 2015, p. 124-125.

¹³⁵ Ibidem, idem.

¹³⁶ Ibidem, idem.

existência deste fenômeno” e que, para “se desenganarem com a vista”, deveria ir “em casa do anunciante”¹³⁷. Os animais também poderiam ser reconhecidos enquanto moeda de troca, assim como as pessoas que eram escravizadas. Esse é o caso do anúncio de Antonio Machado do Nascimento, publicado em 26 de dezembro de 1857, que

vende por preço cômodo o sitio Mangueiras, com açude casas de morada e de engenho farreada: casa de farinha, e bem fabricado de canas. Uma posse de terra no sitio Volta, cercada e cheia de canas, e uma casa de vivenda. Duas posses de terras no sitio Juazeiro com um bom cercado para plantações. Três moradas de casa nesta cidade, sendo duas na rua do Comércio velho e uma na rua do fogo, todas de tijolo. Recebe em paga dinheiro, cavalos, e escravos.¹³⁸

Em outros casos os animais de criação não são evocados diretamente, mas podem ser pensados através de questões levantadas no primeiro capítulo, nos conflitos entre a divisão do território em torno das atividades econômicas da agricultura ou da criação de animais. Em *O Araripe* estão presentes diversos anúncios sobre venda de terras. Alguns elementos que recebem destaque nesses anúncios são a qualidade da terra para a criação ou plantação, a presença de construções e de água, por exemplo.

Joaquim Jozé do Nascimento Torres, procurador de seu sogro João Paulo Correia da Silva, vende um sitio de terras, denominado = Taboleiro branco = boas terras de criar, e plantar, com casas de vivenda, e de farinha, cercados, e outras benfeitorias: a tratar com o anunciante nesta cidade.¹³⁹

Os anúncios publicados não diziam respeito unicamente a negócios feitos no Cariri. E isso estava relacionado com o alcance e circulação do jornal em várias outras regiões. Maria Daniele Alves coloca que *O Araripe* não era divulgado apenas no Crato, onde estava localizada a sua tipografia, “mas também na capital cearense, nas cidades caririenses e províncias vizinhas, fatos evidenciados pelos artigos, anúncios e notícias que se faziam publicar em suas páginas”¹⁴⁰.

Um desses casos é o do anúncio da venda de um sítio de Raimundo Gomes de Alencar, da freguesia do Ouricuri, em Pernambuco. Para atrair a atenção de possíveis compradores e convencê-los da compra, o autor do texto buscou exaltar algumas qualidades da natureza, como em “o sitio é vantajoso para a criação de gados”.

¹³⁷ Jornal O ARARIPE, 10/11/1855, f. 4.

¹³⁸ Jornal O ARARIPE, 09/01/1858, f. 4.

¹³⁹ Jornal O ARARIPE, 17/11/1855, f. 4.

¹⁴⁰ ALVES, 2010, p. 58.

Raimundo Gomes de Alencar, tem para vender um ótimo sitio que já tem suas extremas assentadas no lugar – Recurso, – que fás parte da fazenda Bodocó na freguesia do Oricury: o sitio é vantajoso para a criação de gados, e contem ricos baixios para planta, além das benfeitorias que nele se acham consistentes em água permanente, casa com bons cômodos, dois cercados de plantações, e outro para recolher-se gados: quem pretender comprar dito sitio, dirija-se a fazenda do [ilegível], ou lagoa dos cavalos na freguesia do Exú a tratar com o anunciante que o vende por preço sumamente cômodo. Exú 28 de Março de 1856.¹⁴¹

Raymond Williams coloca que “projetamos na natureza” as “nossas próprias atividades e consequências não reconhecidas”. É válido destacar, mais uma vez, que essas são “ideias sobre a natureza, mas trata-se de projeções das ideias dos homens”¹⁴². O espaço natural, assim com as características que são evocadas, é construído e narrado, assim, a partir dos possíveis usos humanos. Entretanto, nem todas as narrativas dos anúncios tinham como objetivo elaborar uma imagem positiva do mundo natural. Elas, também, se inseriam em uma ampla rede conflituosa e que envolviam problemas entre essas pessoas. Um desses exemplos é o caso do anúncio de José do Monte Furtado, que

(...) avisa as pessoas que estão com gados soltos em seu cercado na fazenda Condado, que os vão tirar, ao contrário ficam sujeitos os donos desses gados a pagarem mil reis por cada rês, a principiar do 1º de Fevereiro vindouro Crato 17 de janeiro de 1858. (...) ¹⁴³

Talvez a intenção de José do Monte em solicitar que os proprietários dos gados que estavam soltos em propriedade fossem retirados, não tivesse sido atendida. O autor identificou o local e a data, “Crato 17 de janeiro de 1858”, e ameaçou sujeitar os donos dos animais a uma multa, “a principiar do 1º de Fevereiro vindouro”. O jornal, no entanto, só publicou o seu anúncio no dia seis de março daquele ano. José do Monte Furtado pode ter agido com outros meios para garantir o afastamento desses animais, visto que, mesmo com atraso, o anúncio não era garantia de obediência.

Em outros anúncios, outros conflitos eram postos:

Joaquim Pas Landim faz público, para aviso de quem importar, que sendo ele a única pessoa autorizada pelo Revm Vigário Landim para cuidar dos seus gados no Cariri, não tolerará mais que pessoa, com autorização seja de quem for, lance mão de gados para matalotagem ou outro qualquer fim sem sua ordem, e procederá criminalmente contra o

¹⁴¹ Jornal O ARARIPE, 29/03/1856, f. 4.

¹⁴² WILLIAMS, 2011, p. 109-110.

¹⁴³ Jornal O ARARIPE, 06/03/1858, f. 4.

primeiro que sem autorização sua ou especial e direta do mesmo Vigário pegar alguma das suas reses.¹⁴⁴

Nesse capítulo discutiremos, então, como os anúncios dos jornais apresentavam e representavam os animais em suas páginas. Nessas publicações são destacadas diversas intencionalidades, que visavam atender os interesses de seus autores, além de estabelecer diversos sentidos diferentes. Com a análise dessas fontes, pudemos diferenciar quatro tipos de anúncios diferentes entre si, mas que também estavam relacionados: os de compra e venda; os que procuravam os donos de animais desconhecidos; os de fuga ou sumiço; e, por último, os que tratam sobre os casos de roubo de animais.

4.1.1 “A tratar com o anunciante”

Os anúncios de compra e venda são uns dos mais presentes nos jornais: terras, remédios, livros, animais, escravizados, objetos e tantos outros itens. Em várias publicações, os animais de criação eram expostos sempre com características positivas sendo exaltadas, como o caso de “João Tavares Domiense, morador nesta cidade vende um quartão, novo, passeiro e bralhador, sendo grande e gordo, a tratar com o anunciante”¹⁴⁵.

Diferente de outros anúncios, nesses os ferros de marcar não são presentes – visto que a intenção dos textos não é a de encontrar os proprietários ou os animais desaparecidos/roubados, mas sim fazer negócios. Mesmo assim, é de se imaginar que, pelas entrelinhas dos anúncios, esses animais iam adquirindo novos ferros conforme as mudanças de proprietário. Estampados nas páginas do jornal há várias tentativas de negociação, inclusive com a possibilidade de trocas de animais. Na edição de 15 de dezembro de 1855,

Manoel de Souza Rolim e Alencar, vende um burro novo bom marchador, a dinheiro, ou a troco de quartões, dos quais tem precisão de do s, sendo os mesmos novos e gordos; a tratar com o anunciante em sua casa no sitio S. José.¹⁴⁶

Para a valorização desses animais, além da exaltação das suas características, existia também um destaque para a ausência de defeitos. Alguns deles poderiam ser

¹⁴⁴ Jornal O ARARIPE, 06/03/1858, f. 4.

¹⁴⁵ Jornal O ARARIPE, 22/05/1858, f. 4.

¹⁴⁶ Jornal O ARARIPE, 15/12/1855, f. 4.

avaliados em até 150\$000 réis, como no anúncio de Raimundo Parente, em 10 de maio de 1856:

Vende-se um cavalo castanho de cela por 150\$ reis, bom passeiro, fazendo a última muda, de boa altura e bem cascado, sem defeito algum: quem o pretender dirija-se ao Brejo Seco no termo da Barbalha, a tratar com o anunciante Raimundo Glz'. Parente.¹⁴⁷

Em outros casos, o nome do anunciante não era divulgado, apenas as características e o preço do animal. Na edição publicada em 05 de setembro de 1857, havia um anúncio nesses moldes. Quem tivesse interesse, deveria ir até a tipografia do jornal *O Araripe* para obter mais informações.

Vende-se um quartão novo e famoso para carga, de bons ossos e tamanho, figura muito bonita, grosso entroncado, limpo das costas, porem em meias carnes. Quem nestas circunstancias o pretender e estiver desposto a dar 60\$000, dirija-se a esta tipografia, e se dirá com quem deve tratar.¹⁴⁸

Muitos usavam o espaço do jornal para comprar animais. Os proprietários que quisessem fazer negócios deveriam procurar os anunciantes. Pedro Biserra Monteiro e Semião Telles de Meneses Juruminha também “compram cavalos de um a seis anos de idade, e pagam mais bem, que todos os outros compradores: a tratar nesta cidade com o segundo anunciante, e no sitio Luanda com o primeiro”¹⁴⁹. Também “compra-se uma cabra de leite, e paga se bem! quem a tiver, e quiser fazer negocio dirija-se a esta tipografia, que se dirá quem pretende”¹⁵⁰. Em outro caso, Miguel Biserra Frasão, que teve seu anúncio publicado em 16 de agosto de 1856:

compra um cavalo novo bom passeiro ou que tenha andares perfeitos, não sendo pequeno e menos tendo qualquer defeito visível, e paga bem no caso de achar um cavalo que o satisfaça, para cujo fim deverão procurar ao anunciante em sua casa no sitio Bebida-nova, de João Pedroso Baptista.¹⁵¹

A compra e a venda de animais também poderiam estar vinculadas com a propriedade da terra. Alguns lugares seriam, segundo seus anunciantes, propícios para a

¹⁴⁷ Jornal O ARARIPE, 10/05/1856, f. 4.

¹⁴⁸ Jornal O ARARIPE, 05/09/1857, f. 4.

¹⁴⁹ Jornal O ARARIPE, 09/05/1857, f. 4.

¹⁵⁰ Jornal O ARARIPE, 08/08/1857, f. 4.

¹⁵¹ Jornal O ARARIPE, 16/08/1856, f. 4.

plantação e/ou para a criação de animais. Esse é o caso do anúncio de Victorino Gomes Leitão, em que vende

o Sítio denominado Almas nas Cabeceiras do Riacho do Cachimbo no termo da Lavra, com meia légua de comprimento e outro tanto de ilha com água permanente de Cacimba, e mais um açude, duas casas de telha, terras muito boas de criar, assim como para plantar, e com capacidade de sentar Engenho de moer canas, e a vista do Sítio se tratará do preço com o anunciante no lugar de sua moradia, ou nesta cidade do Crato com seu filho João Victorino Gomes Leitão.¹⁵²

Em outros anúncios, acompanhados das terras também estão à venda animais, em maior ou menor número. Como no anúncio de Rainaldo Alvares de Lima Mont'Alvão, que

vende uma posse de terras de cinquenta mil reis valor antigo muito boa para criar e plantar com currais, casa de tijolo em branco, e a mobília existente, na fazenda Andreza Freguesia de Arneirós, pelo preço de seiscentos mil reis; e vende mais vinte cabeças de gado vacum, e maior número de cabras pasteuras na mencionada fazenda; quem pretender comprar dirija-se ao anunciante que fará negócio, pois que pretende mudar-se. Andreza 10 de 7brº de 1855.¹⁵³

Raimundo Correia de Araújo também divulgou a venda de suas terras, no distrito do Brejo grande, pertencente ao termo da cidade do Crato. Publicado em 15 de janeiro de 1856, o anunciante destacava as várias qualidades de seus terrenos e suas construções, além da quantidade de “cem cabeças de gado fêmea”. Interessante é perceber também a presença de um engenho, com todos os seus pertences e com “boiada suficiente” para o seu funcionamento. O autor aceita como pagamento, além de dinheiro, escravos e animais. Segundo o anúncio, Raimundo

vende seus sítios Volta com todas benfeitorias consistentes em mais de trinta tarefas de canas, mil pés de cafezeiros produtivos, diversas fruteiras de diferentes qualidades, duas casas de vivenda, e boa casa de Engenho, na qual igualmente está assentado um alambique de cobre, com todos os pertences: engenho corrente, com tachos, e boiada suficiente: o terreno é produtivo, e tem extensão satisfatórias, além de oferecer os comados da serra Araripe, vendendo-se pelo baixo preço de três contos de reis, a dinheiro, Escravos, e animais. Uma situação no

¹⁵² Jornal O ARARIPE, 15/12/1855, f. 4.

¹⁵³ Jornal O ARARIPE, 22/09/1855, f. 4.

mesmo distrito, bastante perto do sitio Volta, com mais de cem cabeças de gado fêmea.¹⁵⁴

Alguns animais também eram vendidos, mas, diferente de outros anúncios desse tipo, não tinham suas características evocadas positivamente – mas eram incluídos em várias outras negociações. Esse é o caso do anúncio de Jozé da Costa Siebra, publicado em 08 de dezembro de 1855, e que

tem para vender uma posse de terras regadias no Sitio S José, com algumas benfeitorias, e uma casa de tijolo própria para família em dita posse de terras: as terras são como se pode desejar para a cultura da cana, café, mandiocas &. &. e são em uma bela posição; outro sim o anunciante tem igualmente para vender um excelente cavalo, que posto não seja perfeitamente bom, é de aqueles a que o vulgo chama cavalo de birrada; quem pois pretender fazer negócio com o anunciante, o procure em sua casa para ver os objetos oferecidos, e entrar em ajuste. Lameiro 3 de Dezembro 1855.¹⁵⁵

Muitos dessas publicações expressavam as suas intencionalidades, seja para compra ou venda. Em algumas delas, também estavam empregadas as formas como esses animais seriam utilizados. Entretanto, é importante destacar que, na segunda metade do século XIX, os anúncios de jornais não eram a única forma de comercializar – ainda mais se levarmos em consideração que grande parte da população não sabia ler e, sendo assim, não tinha acesso a esses meios. O comércio de animais parece, assim como dos sítios, se nos basearmos somente nesse tipo de fonte, envolver apenas os membros da classe senhorial em virtude dos altos preços destacados.

4.1.2 “Dando-se os sinais característicos da mesma também se dirá onde existe”

Os anúncios não eram voltados apenas para compras e vendas. Muitos anunciantes publicavam no jornal *O Araripe* na tentativa de encontrar os proprietários dos animais que estivessem perdidos, como no caso de Felipe Telles de Mendonça, que teve seu anúncio publicado em 24 de janeiro de 1857, em que destacou que “apareceu uma besta Castanha, nova, dois pés brancos, com o ferro a margem”¹⁵⁶. Em outros casos, apenas a marca do ferro era divulgada: os donos que dissessem as características dos animais sumidos para confirmar a posse. “Quem for dono de um cavalo do ferro abaixo, e q’ der

¹⁵⁴ Jornal O ARARIPE, 19/01/1856, f. 4.

¹⁵⁵ Jornal O ARARIPE, 08/12/1855, f. 4.

¹⁵⁶ Jornal O ARARIPE, 24/01/1857, f. 4.

os sinais q' o mesmo tem, dirija-se a esta Tipografia que se dará da mesma notícia”¹⁵⁷. Gualter Martimiano de Alencar Araripe agira desse modo, mas cobrava algumas outras informações a respeito dos animais, na publicação de 15 de março de 1856, em que

declara que em seu poder existem um cavalo, uma Égua, e uma Vaca com os ferros abaixo, que apareceram cem donos; a quem os mesmos pertencer, e que apresentar animais dos mesmos ferros, com informação do tempo em que se sumiram, e seus verdadeiros sinais, serão eles entregues. Villa do Exu 14 de Fevr.º 1856.¹⁵⁸

A grande quantidade de informações talvez fosse solicitada pelos anunciantes como forma de evitar enganar ou as tentativas de pessoas que se diziam proprietários em se apropriar dos animais. No anúncio de 29 de maio de 1858, o autor fala da importância de confirmar as características para que “não fiquem suspeitas do contrário”:

Quem for dono de dois animais q' se acham ferrados com as marcas a margem, os quais andam sumidos; dando dos mesmos sinais certos no Escritório desta tipografia, se dirá no poder de quem existem, para serem entregues a seus legítimos donos, todas as vezes que não fiquem suspeitas do contrário: por cujo motivo será conveniente que os donos de tais animais se apresentem munidos de provas em seu favor.¹⁵⁹

Uma dessas formas de identificar a posse a partir da confirmação das marcas de ferro, talvez com os ferretes ou com a presença de outros animais ferrados com a mesma marca. Se o animal tivesse sido ferrado mais de uma vez, as outras marcas talvez fossem importantes para o convencimento de quem estivesse com a sua guarda, ou soubesse de seu paradeiro. Outro modo dessa confirmação era, como as fontes indicam, declarar as características que não haviam sido dadas no anúncio. Outras publicações já não são tão criteriosas assim, mas os acordos presenciais talvez seguissem outros meios de confirmação. Em 17 de maio de 1856, o jornal *O Araripe* publicou:

Um quartão russo velho de três cascos brancos, uma vaca laranja de arará, e uma dita preta, novas, existem na fazenda Lagoa ao pé da Barbalha, sem que se saiba, quem seja seu dono.
Quem julgar-se com direito a elas se dirija a Antonio de Araujo Chaves naquele lugar.¹⁶⁰

¹⁵⁷ Jornal O ARARIPE, 12/01/1856, f. 4.

¹⁵⁸ Jornal O ARARIPE, 15/03/1856, f. 4.

¹⁵⁹ Jornal O ARARIPE, 29/05/1858, f. 4.

¹⁶⁰ Jornal O ARARIPE, 17/05/1856, f. 4.

Nem todos os anúncios divulgavam as marcas de ferro (conforme a Figura 01) “por falta de typo”, que eram os caracteres utilizados nas tipografias para a impressão. Os autores das publicações tentavam descrever essas marcas de outros modos, como Bernardino Gomes de Araújo em seu anúncio da edição de 08 de junho de 1856:

Quem for dono de um ferro, que nao vai impresso por falta de typo, mas que consta de um l. f. e. procure em puder do abaixo assignado hum boi pelo qual he responsável. Missão velha 2 de Junho de 1856 ¹⁶¹.

As marcas poderiam ser compostas por letras e ou outros sinais, que as definiam enquanto únicas. Havia também outros modos de assinar ou marcar, com “pequenos cortes nas orelhas dos animais de um rebanho”. José Aderaldo Ferreira destaca que “é mais prático, traumatiza menos os animais de ‘miunças’, é um procedimento mais rápido, não necessita imobilizar o animal” ¹⁶². As descrições desses cortes também eram divulgadas no jornal. Para a vaca do anúncio abaixo, ser marcada com esses sinais, talvez, tenha sido mais doloroso do que nas justificações humanas. Na edição publicada em 17 de maio de 1856,

Debaixo das vistas d’ Alexandre da Silva Pereira, morador no Assaré existe a perto de 4 anos uma vaca deste ferro, – [o S] – com o sinal de barbilho em uma orelha, e n’outra dente descoberto: quem for seu legitimo dono, provando o, mande, ou procure dita vaca. ¹⁶³

Em outros casos, alguns animais não tinham marca alguma. No anúncio abaixo, a “cria” – que não era ferrada ainda – foi identificada por estar em companhia de um “boi manso” e de uma “besta parida”. O anunciante, em 14 de novembro de 1857, estava à procura do proprietário, a partir das características desses últimos animais:

No escritório desta tipografia se dirá onde existe um boi manso do ferro a margem, dando-se os sinais da rês. Bem como uma besta parida, não estando a cria ferrada, a qual tem o ferro a margem: dando-se os sinais característicos da mesma também se dirá onde existe. ¹⁶⁴

Os “gados sumidos” poderiam causar problemas, mas também eram, certamente, objetos de disputa. Afinal, os animais de criação também eram encarados enquanto mercadoria. João Pereira de Carvalho assinou um anúncio publicado n’*O Araripe* em 18 de outubro de 1856, em que fazia uma denúncia:

¹⁶¹ Jornal O ARARIPE, 08/06/1856, f. 4.

¹⁶² FERREIRA, 1999, p. 33.

¹⁶³ Jornal O ARARIPE, 17/05/1856, f. 4.

¹⁶⁴ Jornal O ARARIPE, 14/11/1857, f. 4.

– Avisa-se a quem for dono de gados sumidos deste ferro, – q – que existe uma vaca com todas as multiplicações produzidas de 1843 para cá, que tal vez montem a mais de 50 cabeças, razão porque a pessoa em puder de quem existe esse magote de gado não tem solicitado por seu legítimo dono, tal vez por lhe não convir entrega-los: o anunciante compromete-se a dar os esclarecimentos para arrecadação desse gado. S. Cruz 22 de setembro de 1856.¹⁶⁵

Os cinquenta animais certamente valiam muito dinheiro, e que “a pessoa em puder de quem existe esse magote de gado” não tinha a intenção, de acordo com a denúncia, de devolvê-los. Esse tipo de anúncio é contribui nas nossas reflexões sobre as representações animais na medida em que, também, evidenciam os conflitos sociais. A busca pelos donos dos animais também poderia ser motivada por outros problemas, como aconteceu com Joaquim Jacome Pequeno, que publicou um anúncio na edição de 02 de maio de 1857:

O abaixo assignado faz público para conhecimento de quem pertencer, que em dias do ano p. p. lhe foi presente um novilhote vindo das Catingas do Piahy o lugar denominado – Barra das Pombas – a título de seu, porem que examinando a marca tem ela diferença daquela de que usa, sendo entretanto própria a de pessoas de sua família, de quem informando-se, lhe foi dito não lhes pertencer aquela rês, porque assentam a marca por diferente maneira da que tinha o referido novilhote; e porque não estava esta rês em estado de voltar para o lugar d’onde viera conduzida, o abaixo assignado vendeu-a a Francisco Ribeiro de Andrade por deis mil reis ou duas cargas de rapaduras, que entregará a seu competente dono ou a sua ordem, apresentando animal marcado com a marca a margem. Crato 14 de Abril de 1857.¹⁶⁶

O aparecimento de animais, cujos donos eram desconhecidos, eram motivos para vários conflitos. Os anúncios nos mostram apenas uma face dessas relações, que devem ser entendidas em diversos prismas. Em outras situações, os esforços não são para encontrar os proprietários, mas sim os animais que estavam sendo roubados. Esse é o mote de discussão para o próximo tópico.

4.1.3 “Quem este animal tomar, ou do mesmo der noticia onde está, terá uma boa recompensa”

Na sua passagem pela província do Ceará em 1838, George Gardner enfrentou alguns imprevistos na sua ida a região do Cariri. Em determinado momento da viagem,

¹⁶⁵ Jornal O ARARIPE, 18/10/1856, f. 4.

¹⁶⁶ Jornal O ARARIPE, 02/05/1857, f. 4.

como apresentado no início do primeiro capítulo, um de seus cavalos de montaria desapareceu. Nos registros do seu diário de viagem, ele destacou que “como o furto de animais é crime frequentíssimo no Brasil, suspeitei de que o cavalo me fora roubado”¹⁶⁷. Muitos desses crimes eram noticiados nos jornais e, alguns deles, iam para a sessão dos anúncios. Podemos imaginar que nem todas as pessoas podiam pagar para garantir o espaço da publicação, o que nos faz pensar que o número de casos era bem maior do que os encontrados nas fontes.

Nos anúncios que foram publicados entre 1855 e 1860, no jornal *O Araripe*, os únicos animais que tiveram seus casos de roubo anunciados foram os cavalos. Assim como nos outros casos, tinham suas características divulgadas, como a cor da pelagem, as formas de andadura, os detalhes das crinas, a quantidade de ferros e tantas outras. Entre a classe senhorial, havia a tentativa de relacionar a violência e a criminalidade com os trabalhadores pobres. Segundo Darlan Reis Junior,

Negros, mestiços, brancos, fossem escravizados ou livres pobres, eram temidos pela classe senhorial e pelos setores próximos a ela. No Cariri, esta percepção encontrava ressonância em alguns meios sociais que temiam pelo futuro, diante do quadro de violência e criminalidade que consideravam estar vivendo. Clamava-se por repressão, utilizando-se de expedientes diversos, como o aumento da força policial ou a utilização de grupos armados, as chamadas escoltas.¹⁶⁸

Um dos mecanismos utilizados para a divulgação dos crimes e a tentativa de reaver os animais roubados era, então, a divulgação nas páginas dos anúncios dos jornais. Em alguns casos, os anunciantes divulgavam até o nome dos suspeitos, como no anúncio publicado em 02 de agosto de 1856:

Furtaram no Riacho do Pao-branco um cavalo ruço novo, pescoço fino chotão e galopeiro, principiando apredejar, cavalo pai de lote com o ferro á margem. Seu dono Raimundo Pereira da Silva morador no Páo-branco, ou na Barbalha o sr Antonio de Araujo Chaves paga bem a quem o tomar. Foi furtado a 18 de julho, e supõe-se q’ por Paulo de tal morador no Carrancudo.¹⁶⁹

¹⁶⁷ GARDNER, 1975, p. 88.

¹⁶⁸ REIS JUNIOR, Darlan de Oliveira. As “classes perigosas” no sertão dos Oitocentos: justiça, conflitos sociais e violência. In: CANDIDO; NEVES, 2017, p. 95.

¹⁶⁹ Jornal O ARARIPE, 02/08/1856, f. 4.

Em 10 de abril de 1858, Francisco Alexandrino do Amaral publicou um anúncio em que também divulgava o nome do suspeito e oferecia uma recompensa de cinco mil réis para quem tomasse o animal ou desse alguma notícia sobre o seu paradeiro:

Do sitio – Estevão – do Capm. João Gonçalves de Alencar, furtaram no dia 21 do p. p. mês, uma besta de boa figura, melada-baia, baixa e grossa, cauda grande e preta, clinas grandes, com o ferro a margem; este ferro era do finado Antonio Luiz do Amaral, pai do anunciante.

Ha toda probabilidade de ter sido furtada esta besta por Manoel Trigueiro, e José Ferreira, moradores na Serra S. Pedro.

Quem este animal tomar, ou do mesmo der noticia onde está, terá uma boa recompensa, além de 5\$ rs.

Pau-secco 5 de abril de 1858.¹⁷⁰

Havia casos, entretanto, que os anunciantes pareciam ter a certeza da autoria dos crimes, como no anuncio de Antonio Ferreira Lima Sucupira, publicado em 08 de maio de 1858. A vítima do roubo não teria sido Sucupira, mas ele utiliza do anúncio para falar sobre o cavalo roubado de Manoel Joaquim d' Oliveira Campos e de outra pessoa que ele não menciona, além de vários objetos.

Em dias do mês de Abril p. p. Raimundo Marques, acaboclado, de cabelos pretos cacheados, altura regular, cheio do corpo, mãos e pés [ilegível], com uma belide no olho direito, que cobre o preto do mesmo; furtou a Manoel Joaquim d' Oliveira Campos um cavalo alazão amarelo com a frente aberta, dois pés brancos, bom marchador e bralhador, com dois ferros na perna direita, e na esquerda um R; assim como uma espingarda lazarina, uma faca de ponta, uma sela arreasta, um anelão, oito camisas de madapolão, três calças de brim de diferentes qualidades, três palitos e um chapéu de bareta fina; furtando nesta mesma ocasião um cavalo ruço pertencente a outra pessoa: e como é provável que dito Raimundo Marques procure para este termo, ou da Telha, ou da Varse da vacca, a onde tem parentes, o abaixo assignado recompensa bem a pessoa que apreender os objetos acima mencionados; e capturar o mesmo Raimundo Marques, que se acha pronunciado na cidade de Sousa onde fez o furto a cima dito.

Crato 3 de maio 1858.¹⁷¹

Diferente dos outros anúncios de roubo, em que os anunciantes visam a recuperação dos animais perdidos, neste último, Antonio Ferreira Lima Sucupira oferece uma recompensa não apenas pela apreensão dos “objetos” – e que, para ele, os animais também se enquadravam –, mas também para a captura de Raimundo Marques.

¹⁷⁰ Jornal O ARARIPE, 10/04/1858, f. 4.

¹⁷¹ Jornal O ARARIPE, 08/05/1858, f. 4.

Em outros casos, como no anúncio de João Cavalcante de Castro e Meneses, o crime envolvia um cavalo que era uma posse do delegado de polícia, o José Faustino da Silva Saboia. Mais uma vez, a cor da pele “acabocladada” do suspeito é realçada, seguindo o estigma da ideologia senhorial que formulava a imagem do criminoso. Segundo o texto do anúncio,

Na noite de 20 do corrente mês, furtaram na Barra da pendencia termo da vila da Lavra, um cavalo Castanho, de oito anos pouco mais ou menos, pé esquerdo branco, corpo curto, em boas carnes, tem uma marcha um pouco acanhada, e com o ferro a margem. No dia seguinte ao furto desse cavalo fora encontrado um sujeito acabocladado, que dizem já morara na serra de S. Pedro, montado em dito cavalo, sobre uma pequena capa, e vinha em direção a mesma serra, por ter sido encontrado no sitio serrote.

Esse cavalo é do delegado do Pereiro José Faustino da Silva Saboia, que o havia mandado com outros conduzir umas cargas. Quem tomar dito cavalo, e o entregar nesta cidade ao sr. Tenente Coronel Antonio Luiz Alves Pequeno, na Barbalha ao sr Lucio Aurelio Brigido, nas Lavras ao sr Ricardo Rodrigues Satuval, será satisfatoriamente pago. Crato 26 de Janeiro de 1857.¹⁷²

No anúncio de 14 de março de 1857, o mesmo José Faustino da Silva Saboia, agora autor de um anúncio, continuava a reclamar sobre o roubo de um de seus cavalos, marcado com o seu ferro e com o da freguesia de Santos Cosme e Damião. A publicação inicia com um destaque para “20\$000”, valor que seria pago como recompensa para quem levasse o animal ao seu dono. O autor parece ter se convencido das informações que recebeu durante sua procura e, afirma o nome do possível ladrão, além de uma possível pessoa que lhe deu suporte:

20\$000

Do abaixo assignado furtaram, da barra do Riacho da Pendencia, na estrada que segue do Icó para as Lavras, na noite do fida vinte de Janeiro do corrente ano, um cavalo castanho, cor de sangue de boi, capado, do pé esquerdo branco, corpo curto, e grosso, e com o ferro a margem e divisa da freguesia de Santos Cosme e Damião da Serra do Pereiro, no lado esquerdo; é estradeiro, e bom galopador: sendo seguido por um cargueiro do abaixo assignado, na ocasião em q’ foi furtado, até o lugar Serrota distante poucas léguas da Serra de São Pedro, pelas informações que obteve, dadas por três moradores daquela estrada, supõe-se que o ladrão é hum tal Ignacio Pajehù, também conhecido por Ignacio Praxedes, e que foi morador antigamente, de hum lugar denominado Trapalhada junto a mesma Serra de S. Pedro, e termo da Cidade do

¹⁷² Jornal O ARARIPE, 31/01/1857, f. 4.

Crato onde mora hum Senhor de nome Manoel Quixaba, para onde consta que com muita ansiedade procurou o mesmo Pajehù. Quem apreender o mesmo cavalo, e o entregar nas Cidades do Crato, ao Senhor Major Antonio Raimundo Brigido dos Santos, e na do Icó ao Senhor Major Firmino Cariolano Candido de Moura, será recompensado de seu trabalho, e quem o trazer ao seu dono receberá a gratificação acima.

Villa do Pereiro 18 de Fevereiro de 1857. ¹⁷³

As publicações divulgavam nomes não só dos possíveis ladrões, mas também de quadrilhas que organizavam vários furtos em diferentes sítios. Eugenio Nunes do Nascimento aponta para “quadrilha dos cafagés e salvador”, que roubavam cavalos de várias pessoas, como os do Tenente Coronel Amancio, o de um comboieiro e um seu. Essas quadrilhas, entretanto, agiam, supostamente, com as facilidades proporcionadas pelo grau de parentesco entre os seus membros e o inspetor de quarteirão Fellis Tavares. Na edição do jornal *O Araripe*, publicada em 13 de dezembro de 1856, Eugenio relata que:

No princípio do corrente mês, furtaram do sitio Belo-monte, distrito desta cidade, quatro animais, sendo dois potros do Tenente Coronel [Amancio], um cavalo de um comboieiro, e outro do abaixo assignado; este cavalo é castanho, pequeno, com uma estrela na testa, novo e bom marchador, e tem o ferro de um B no meio, de qual puxa uma perna com um pé. Além desses animais têm-se furtado outros em sítios anexos, havendo toda probabilidade serem furtos feitos pela quadrilha dos cafagés e salvador, os quais a longos tempos roubam impunemente escarnecendo de nossa policia, e assim continuará a surtir em quanto Fellis Tavares for inspetor daquele quarteirão, porque os cafangés são seus parentes, e de quando em vez ali estão. Quem apreender e entregar o cavalo do anunciante será bem pago. Crato 15 de 9br.º 1865.¹⁷⁴

Em outros anúncios, afirmações com os nomes de possíveis suspeitos ou quadrilhas não aparecem, mas as características dos cavalos são dadas de forma mais detalhada:

Furtaram de João Furtado Gaspar; morador na povoação do Assaré a 8 do p. p. mês um cavalo ruço pombo, pequeno, tendo a sobranceira do lado esquerdo mais curta que a outra, de segunda muda, e com dois ferros: quem do mesmo der noticia, ou o tomar, será pago generosamente.

¹⁷³ Jornal O ARARIPE, 14/03/1857, f. 4.

¹⁷⁴ Jornal O ARARIPE, 13/12/1856, f. 4.

Assaré 6 de Sbr.º de 1855.¹⁷⁵

Em outros casos, é interessante perceber a enorme quantidade de marcas de ferros que carimbavam os couros dos animais:

Em novembro de 1854 furtarão na vila do Pereiro, a Luis Paulino de Albuquerque Cavalcante, um cavalo preto, baixo, grosso, com a frente aberta, cabeça de carneiro e já pintando, por ter dito cavalo mais de 13 anos, três pés brancos, com muitos ferros no quarto, e com o do anunciante na pá, tendo o sinal daquela freguesia no quarto esquerdo. Há certeza de ter-se vendido este cavalo na comarca do Crato; quem o descobrir e o denunciar na vila da Barbalha ao Sr. Balduino Augusto Lião, e no Crato no escritório da Typ. Araripe, será pago de seu trabalho.¹⁷⁶

Alguns anunciantes também aproveitavam do espaço no jornal para relatar o roubo de muitos cavalos

Em março p. passado, furtaram a Manoel de João Pereira morador em S. Theresa da Barbalha os seguintes animais.

Uma égua ruça, pedrês, grande de 8 anos.

Uma potra russa abrindo a rodada

Um potro alazão, quatro pés arregaçados, frente aberta fazendo primeira muda.

Todos estes três animais ferrados com o ferro a margem.

E mais um cavalo ruço pombo, capado, pescoço fino e chotão.

A pessoa que pegar ou der noticia destes animais será remunerada de seu trabalho com toda a generosidade.¹⁷⁷

Do mesmo modo,

No dia 1.º de março furtaram um cavalo alazão tostado, com cabelos brancos no seladouro, e travador, com o ferro a margem: quem tomar este cavalo e o entregar na Barbalha a Josè Raimundo Alecrim, e na Missão-velha a Manoel Homem de Figueredo, os quais dirão a quem o mesmo pertence. Se recompensará igualmente o trabalho.

No dia 8 do corrente furtarão de abaixo assignado um quartão, alazão amarelo, baixo e grosso, com uma estrela na testa, 2 pés brancos, uma marca igualmente branca no seladouro, com dois ferros, sendo o de cima o q' vai a margem, estando ferrado de novo.

Este cavalo era pasteiro em cima da serra Araripe, na chapada do Urucú. Quem o tomar ou do mesmo der noticia certa ao anunciante, que é seu

¹⁷⁵ Jornal O ARARIPE, 13/10/1855, f. 4.

¹⁷⁶ Jornal O ARARIPE, 05/04/1856, f. 4.

¹⁷⁷ Jornal O ARARIPE, 13/09/1856, f. 4.

legítimo dono, será generosamente pago de seu trabalho. Bebida nova
20 de Março de 1858 Joaquim Moreira Tunta.¹⁷⁸

Os casos tão comuns de roubos de cavalos publicados nos anúncios nos proporcionam um pouco do sentido desses animais no Cariri – e também nas regiões vizinhas –, mas não são suficientes para entendermos o contexto desses acontecimentos. Esse tipo de fonte está ligada profundamente e explicitamente com os interesses de seus autores: o de reaver seus animais, além de, em alguns casos, cobrar as devidas punições para os suspeitos. Também é do nosso interesse aprofundar nas discussões sobre esses crimes também com o auxílio dos processos criminais. Desse modo, as vozes de cada fonte apontam para diferentes sentidos, que, de toda maneira, se moldavam no cotidiano cariense: nas relações entre homens (senhores, trabalhadores livres, libertos e escravizados) e animais.

4.1.4 Desapareceram ou fugiram

Para finalizar as discussões desse capítulo, o objetivo desse tópico é o de analisar os anúncios em que os animais desapareceram ou fugiram. É interessante pensar que esse tipo de anúncio poderia estar relacionado com os discutidos no segundo tópico desse capítulo, isto é, as perspectivas dos anunciantes para os acontecimentos parecidos poderiam moldar uma imagem de um caso em que os donos estavam desaparecidos ou que os animais desapareceram ou fugiram. É provável que em algumas dessas situações os animais tenham sido vítimas dos constantes roubos que assolavam os sertões, mas essas publicações não encaram explicitamente como um crime. Na edição de 14 de julho de 1855, Antonio Joaquim Rodrigues de Mello declara a procura de seus cavalos, que ele soltou “para aquele lado da serra” e muitos estavam se perdendo. Na publicação,

Antonio Joaquim Rodrigues de Mello pede a quem quer que encontrar cavalos ou poltros de seu ferro á margem queira avisa-lo, pô-los em segurança, e entrega-los no sitio Fabrica ao anunciante, ou nesta Cidade ao Senr. Antonio Raimundo Brigido dos Santos. O anunciante tendo soltado grande quantidade de cavalos para aquele lado da serra, tem perdido muitos deles que hão desnorteados, e outros em sua viagem desde o Longá ate aquele sitio; pelo que terá de agradecer e indenizará qual quer despesa, que com a pega e entrega deles se fizer. ¹⁷⁹

¹⁷⁸ Jornal O ARARIPE, 27/03/1858, f. 4.

¹⁷⁹ Jornal O ARARIPE, 14/07/1855, f. 4.

A procura de seus cavalos que desapareceram na serra do Araripe, Antonio Joaquim Rodrigues de Mello acabou obtendo algumas informações sobre o paradeiro de seus animais. Na edição publicada em 24 de novembro de 1855, alguns meses depois do primeiro anúncio – que foi publicado novamente em outra edição –, o anunciante utiliza o espaço do jornal para fazer uma denúncia. Os seus cavalos desaparecidos estavam sendo furtados e levados para a província do Pernambuco, segundo a sua acusação:

Antonio Joaquim Rodrigues de Mello, tendo pelos números dois e cinco, deste jornal, anunciado a solta de seus cavalos, na chapada da serra Araripe, e pedido às autoridades, e seus amigos, para apreenderem qual quer desses animais, que se acham marcados, com o ferro publicado naqueles anúncios, visto que os não vendia, e nem com eles faria transação alguma: declara que Francisco Rodrigues, Maria Custodia, e outro, lhe tem furtado desses animais, mais de vinte, e os conduzido para o Exú, e Uricury, onde os tem vendidos, já tendo o Delegado Alvaro Ernesto tomado dois desses animais furtados: o anunciante protesta haver a si esses animais, para o que previne desde já, a quem quer que os tiver comprado a tais velhacos, ou a seus comparsas, de os não despor, sob pena de os pagar de sua algibeira. É na verdade [ilegível], que tem comprado meus animais, a proletários da índole de Rodrigues, e seu rancho; nem sequer atendeu-se para as consequências daqueles meus anúncios acima citados, pois bem eu recorrerei aos tribunais do país.¹⁸⁰

O texto do anunciante também é interessante na medida em que nos faz pensar que as intenções das publicações também poderiam não ser alcançadas, como no caso acima, que, na queixa de Antonio Joaquim, os autores dos furtos e os compradores dos animais extraviados nem se atentaram “as consequências daqueles meus anúncios acima citados”. Esses animais parecem relacionados com os sujeitos da classe senhorial, seja pela enorme quantidade de animais, seja pelos títulos destacados nos anúncios, seja pelos altos valores oferecidos como gratificação ou recompensa para quem conseguisse resgatá-los. É o caso do anúncio de Belisario Correia de Araujo de 24 de novembro de 1855, que estava à procura de dois cavalos seus e que, na publicação, expõe o nome do antigo proprietário de um desses animais:

Belisario Correia de Araujo, morador no sitio Volta do Brejo grande, gratifica com deis mil reis, a quem lhe trouxer, ou der noticia certa de dois Cavalos seus com ferro abaixo, que sumiram se em Janeiro próximo passado de cima da serra = Araripe; = um dos cavalos é castanho escuro, pequeno, passeiro, com princípio de esquipança, tem

¹⁸⁰ Jornal O ARARIPE, 24/11/1855, f. 4.

uma estrela na testa, e foi do Coronel Lourenco de Castro: o outro é pedrês e pequeno
Volta 19 de 6br.º 1855¹⁸¹

Outra característica que poderiam ser evocadas era a dos lugares de onde esses animais vieram – como colocado no anúncio de Alexandre Ferreira dos Santos Caminhas, em 27 de dezembro de 1856:

Em dias de novembro deste presente ano do sitio Urucù sumiu se dois cavalos castanhos, hum grande e outro pequeno muito camaradas, e ambos novos, este com uma estrela na frente, sendo ambos capados com este ferro a margem que é do abaixo assignado, cujos cavalos foram dos Inhamus, ou Carateús, que os pegar tragam a seu dono que será pago de seu trabalho. Crato 25 de Dezembro de 1856.¹⁸²

Muitos dos pedidos para que fossem encontrados os animais desaparecidos eram feitos com apelos para as “autoridades policiais”, visto que, em algumas situações, os sumiços também poderiam estar interligados com os constantes roubos. O medo vigente é de que os animais pudessem ser negociados sem a autorização de seus donos e, com isso, o prejuízo da perda do animal poderia se tornar em lucro para outra pessoa. Esse é o caso do anúncio de José Pereira de Mascarenhas, publicado em 12 de junho de 1858:

De 3 a 5 de Abril próximo passado, desapareceram do sitio S. José, do distrito da cidade do Crato, um poltro de dois anos e meio de idade, com os sinais seguintes: Melado sujo, ou com espécie de cardão, orelhas grandes, caminhos pretos, cauda curta, pescoço fino cem manchas pouco visíveis, passeiro com princípio de marchas, tendo o ferro a margem: quem deste poltro der noticia certa, ou o levar no sitio S. José á José Pereira de Mascarenhas, e na cidade do Crato á José Vicente de Lima, terá de gratificação 5\$000 reis, e conforme o trabalho se dará maior quantia.

Roga-se as autoridades policiais, e aos proprietários, que se por ventura o supra mencionado poltro for encontrado em puder de qualquer pessoa, que o tomem porque o mesmo não foi vendido a pessoa alguma, e tomado que for o mandem entregar a qualquer das duas pessoas a cima mencionadas.

S, José 30 de maio de 1858. ¹⁸³

O temor dos furtos era tão comum que também encontramos um anúncio que oferecia o valor de “mil reis por gado pequeno”, “dois mil reis por gado grande” e “com

¹⁸¹ Jornal O ARARIPE, 24/11/1855, f. 4.

¹⁸² Jornal O ARARIPE, 27/12/1856, f. 4.

¹⁸³ Jornal O ARARIPE, 12/06/1858, f. 4.

metade do valor do q' for achado furtado, ou com outra marca a diante dessa" ¹⁸⁴. O anunciante era Joaquim Pedroso Bembem, que também destacava a sua marca de ferro na tentativa de reaver os seus animais perdidos. Alguns anúncios solicitavam não apenas informações sobre o paradeiro dos animais perdidos ou que quem encontrasse levasse eles até os seus donos, essas publicações também sugeriam que quem encontrasse os tomassem de possíveis ladrões:

De João Baptista de Magalhães, morador no sitio Bulandeira do termo da Barbalha, desapareceram três animais, sendo uma Égua cardão, parida de um poltro pequeno, também cardão, tendo a Égua o ferro a margem.

Um poltro, alazão, de ano e meio, com os quatro pés brancos, frente aberta, clinas aparadas, mas um tanto grandes que principiam a cair, e com o ferro a margem.

Quem destes animais der noticia, ou os tomar de algum dos muitos ladrões de q' abundam esta terra e as levar a seu dono, ou o avisar onde os mesmos estão será bem recompensado. ¹⁸⁵

Havia casos de senhores que perdiam vários animais e, assim, publicavam vários anúncios. João Tavares Domiense falou sobre o sumiço de um “boi manso, liso vermelho, chifres grossos e grandes, caneludo, com o ferro a margem”, na publicação de 29 de maio de 1858 ¹⁸⁶. Em 05 de dezembro do ano anterior, entretanto, João Tavares também havia declarado sobre o desaparecimento de um “novilho preto maracajá, pontas baixas, de um a quatro anos de idade” ¹⁸⁷.

Desse modo, por mais que possamos distinguir os vários anúncios em tipos diferentes, eles ainda são bastante peculiares entre si. De acordo com cada caso, os animais poderiam ser representados de múltiplas maneiras e, os humanos envolvidos, lhes conferiam várias intencionalidades. Apesar de muitas publicações fazerem referência a esses animais enquanto uma forma de atividade econômica, isto é, como animais de criação, eles também poderiam ser envolvidos em várias outras relações que envolviam disputas por poder, questões de classe, processos de desclassificação social e, sobretudo, as formas de relacionamento com a natureza.

¹⁸⁴ Jornal O ARARIPE, 14/11/1857, f. 4.

¹⁸⁵ Jornal O ARARIPE, 12/06/1858, f. 4.

¹⁸⁶ Jornal O ARARIPE, 29/05/1858, f. 4.

¹⁸⁷ Jornal O ARARIPE, 05/12/1857, f. 4.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“A humanidade tem uma escolha: cooperar ou perecer”
(Discurso de António Guterres, secretário-geral da ONU na
COP-27, no Egito)*

As relações sociais estabelecidas hoje se aproximam, em certa medida, das experiências vividas ao longo da segunda metade do século XIX. Os diferentes discursos sobre uma natureza que deve ser explorada ainda persistem, mas ignoram a atual crise ambiental. As relações de poder, os conflitos e as formas de representação ainda insistem em tentar criar um abismo entre o humano e o não-humano. Mas existem outros horizontes.

A natureza, e em especial os animais, também são ressignificados em diferentes contextos. Se tornam sujeitos. Se envolvem nas práticas culturais, nas festas, no imaginário, na literatura. E essas outras perspectivas também anunciam outras relações possíveis. Nossa ideia foi entender um problema histórico, mas que ainda se manifesta hoje com outras facetas. A Chapada do Araripe continua sendo explorada num ritmo fatal, mas também é defendida por diversos grupos ambientalistas e a comunidade civil de modo geral. Porém, as tensões sobre o território ainda persistem.

Reconhecemos, no entanto, que muitas perguntas poderiam ter sido feitas, assim como outras discussões. Escrever as páginas finais desse trabalho é uma etapa ainda mais difícil do que nas páginas anteriores. O trajeto percorrido, muitas vezes desviado pelos obstáculos e as mudanças nas rotas e nos destinos, nos acompanharam durante anos muito difíceis. Não seria justo dizer que essa pesquisa encerra aqui. Nossa pretensão era ter ido além. Porém, nos últimos anos, impedidos pelo contexto pandêmico que vitimou no Brasil, até novembro de 2022, mais de 680 mil pessoas, era impossível tratar as circunstâncias com normalidade.

O vírus SARS-CoV-2 mostrou que o ser humano não domina a natureza, mesmo que diga o oposto. As apropriações da natureza e as suas disputas na segunda metade do século XIX nos lembram que ainda hoje os problemas continuam revestidos com novos significados e impactos, mas continuam. O ritmo crescente e constante de exploração do mundo natural pode trazer impactos extremamente danosos para todo o planeta num prazo curto.

É no desconforto que o conforto se busca, antes de nos acostumarmos com o incômodo. Esse trabalho é uma tentativa de incomodar. É pensar que a natureza foi e está sendo apropriada aos interesses de poucos, enquanto a grande maioria das pessoas são submetidas a regimes sociais que lhe excluem, lhe conformam. A exclusão humana e não-humana não pode continuar sendo o caminho, enquanto lutamos contra o apocalipse global.

Incomodemos, juntos, mas incomodemos.

FONTES

Hemeroteca da Biblioteca Nacional

a) Periódicos

Jornal *O Araripe* (1855-1864)

Jornal *A Voz da Religião* (1868-1870)

Centro de Documentação do Cariri – CEDOCC

a) Processos criminais

Processo criminal – Dano. Centro de Documentação do Cariri. BR. CDOCC, FHP, C1; DN. Caixa 01, pasta 02, 1871.

Processo criminal. Centro de Documentação do Cariri – CEDOCC. Dano. Caixa 01. Pasta 05. 1878.

Processo criminal – Dano. Centro de Documentação do Cariri. BR. CDOCC, FHP, C1; DN. Caixa 01, pasta 11, 1873.

b) Inventários

Inventário. Centro de Documentação do Cariri. BR. CDPH. URCA. Caixa 14, pasta 201, 1854

Inventário. Centro de Documentação do Cariri. BR. CDPH. URCA. Caixa 14, pasta 214, 1854, f. 8.

Livros diversos

a) Códigos de Posturas

LEAL, Almir; BARBOSA, Ivone Cordeiro (orgs.). **Leis Provinciais: Estado e Cidadania (1835-1861)**. Compilação das Leis Provinciais do Ceará – compreendendo os anos de 1835 a 1861 pelo Dr. José Liberato Barroso. – Ed. Fac-similada. Fortaleza: INESP, 2009, Tomo II.

b) Diários de viagem

ALEMÃO, Francisco Freire. **Diário de Viagem de Francisco Freire Alemão: Fortaleza-Crato 1859**. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2006.

GARDNER, George. **Viagem ao interior do Brasil, principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836 e 1841**. Belo Horizonte: Livraria Itatiaia, 1975.

c) Obras de época

BARROSO, Gustavo. **Terra de sol (Natureza e Costumes do Norte)**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2015 [1912].

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

AGAMBEM, Giorgio. **O aberto: o homem e o animal**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2011.

ALENCAR, Johnnys Jorge Gomes. **Intelectuais no Sertão: o Club Romeiros do Porvir, a produção e circulação de representações em torno da intelectualidade, da cidade do Crato-CE e dos sertões (1900-1910)**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Programa de Pós-Graduação em História dos Sertões, Caicó, 2021.

ALENCAR, Johnnys Jorge Gomes; ARAS, Lina Maria Brandão de. “A ação destruidora do fogo e do machado”: propriedade, crime e natureza na Serra do Araripe, no início do século XX. *In: Sertão História – Revista Eletrônica do Núcleo de Estudos em História Social e Ambiente*, v. 1, n. 1, p. 83-98, 2022.

ALVES, Maria Daniele. **Desejos de civilização: representações liberais no jornal O Araripe (1855-1864)**. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Ceará, Programa de Pós-Graduação em História e Culturas, Fortaleza, 2010.

BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa: Brasil, 1900-2000**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

BERGER, John. **Por que olhar para os animais?** São Paulo: Fósforo, 2021.

CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes; NEVES, Frederico de Castro (org.). **Capítulos de História Social dos Sertões**. Fortaleza: Plebeu Gabinete de Leitura Editorial, 2017.

CROSBY, Alfred. **Imperialismo ecológico: a expansão biológica da Europa, 900-1900**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

DANTAS, Denise de Menezes. **Política, natureza e imprensa: a narrativa dos liberais cratenses no jornal O Araripe (1855-1864)**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2018.

DESCOLA, Philipe. **Outras naturezas, outras culturas**. São Paulo: Editora 34, 2016.

DUARTE, Regina Horta. História dos animais no Brasil: tradições culturais, historiografia e transformação. *In: HALAC – Historia Ambiental, Latinoamericana y Caribeña*, v.9, n.2, 2019.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: EDUSP, 2009.

FERREIRA, José Aderaldo de Medeiros. **Tradições ruralistas: marcas de gado, “experiências”, clima e outras histórias**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1999.

FIGUEIREDO FILHO, José de. **História do Cariri – v. I** (capítulos 1-5). Fortaleza: Edições UFC, 2010a.

FIGUEIREDO FILHO, José de. **História do Cariri – v. III** (capítulos 10-14). Fortaleza: Edições UFC, 2010b.

FONTELES NETO, Francisco Linhares. A violência nos registros policiais: uma perspectiva histórica. *In: Documentos Revista do Arquivo Público do Ceará*. Fortaleza, v.1, n. 4, 2005.

FRANCO, José Luiz de Andrade; SILVA, Sandro Dutra; DRUMMOND, José Augusto; TAVARES, Giovana Galvão (org.). **História Ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

FREYRE, Gilberto. **Nordeste**. Rio de Janeiro: Record, 1989.

FREYRE, Gilberto. **O escravo nos anúncios dos jornais brasileiros do século XIX**. São Paulo: Global, 2010.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MACEDO, Joaryvar. **Império do Bacamarte**: uma abordagem sobre o coronelismo no Cariri cearense. Fortaleza: Ayni - Produções Culturais, 2022.

MACHADO, Ironita P. História e direito: possibilidades metodológicas. *In: História: Debates e Tendências*, v. 11, n. 1, jan./jun. 2011.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da Economia Política - Livro Primeiro (O processo de produção do capital). Tomo 2. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

MENDES, Alberto Rafael Ribeiro. **Pecuária semi-selvagem**: ciência, natureza e tempo no Ceará do século XIX. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2017.

OLIVEIRA, Antonio José de. **Engenhos de rapadura no Cariri**: trabalho e cotidiano (1790-1850). Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2003.

OLIVEIRA, Antonio José de. **Os Kariri-resistências à ocupação dos sertões dos Cariris Novos no século XVIII**. Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

OLIVEIRA FILHO, Sérgio Willian de Castro. **“Estranho em terra estranha”**: práticas e olhares estrangeiro-protestantes no Ceará oitocentista. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2011.

PAES, Daniella Lira Nogueira. **Sob o signo das boiadas**: as marcas de ferrar gado que povoam o sertão paraibano. Dissertação (Mestrado) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, 2012.

PINHEIRO, Irineu. **O Cariri**: seu descobrimento, povoamento, costumes. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2009.

REIS JUNIOR, Darlan de Oliveira. A “salvação do sertão”: representações da natureza e a realização do trabalho no Cariri cearense em meados do século XIX. *In: FUNES, Eurípedes; RIOS, Kênia Sousa; CORTEZ, Ana Isabel; MAIA NETO, Emy Falcão (org.). Natureza e Cultura*: capítulos de História Social. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2009.

REIS JUNIOR, Darlan de Oliveira. **Senhores e trabalhadores no Cariri cearense**: terra, trabalho e conflitos na segunda metade do século XIX. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza, 2014.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa** (vol. 3 – o tempo narrado). São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

ROBIN, Regine. **A memória saturada**. Campinas: Unicamp, 2016.

SANTOS, Paulo César dos. **O Ceará Investigado**: a Comissão Científica de 1859. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2011.

SCHWARCZ, Lília Motitz. **Retrato em branco e negro**: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SILVA, Jane. **Um “oásis” chamado Cariri**: Instituto Cultural do Cariri, natureza, paisagem e construção identitária do sul cearense (1950-1970). Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2019a.

SILVA, Leandro Maciel. **Oásis do sertão**: a paisagem do Cariri Cearense (séc. XIX-XX). Tese (doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2019b.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**: mudanças de atitude em relação às plantas e os animais, 1500-1800. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

THOMPSON, Edward Palmer. **Peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

VIEIRA, David Durval Jesus. **A cidade e os “bichos”**: poder público, sociedade e animais em Belém (1892-1917). Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2015.

VIEIRA JUNIOR, Antonio Otaviano. **Entre paredes e bacamartes**: história da família no sertão (1780-1850). Fortaleza: Edições Demócrito Rocha; Hucitec, 2004.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e materialismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

WILLIAMS, Raymond. **Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade**. São Paulo: Boitempo, 2007.

WORSTER, Donald. Para fazer História Ambiental. *In: Revista Estudos Históricos*, v. 4, n. 8, 1991/2, p. 210.